

Segundas
50 MT



Inclusão Junta Jovens Partidários

Pág: 09

Num Processo em Londres

Presidente

Vence Privilinvest



FRELIMO e ANC Fortificam-se

Pág:03



Pág:11

Assaltos e Vandalização de Residências e Gabinetes

Criminosos Testam PGR

DESTAQUE

A empresa de construção naval emirado-libanesa, Privinvest queria arrastar o Presidente moçambicano, Filipe Nyusi, para o processo em Londres, em que Moçambique, através do seu Ministério Público, exige 3,1 mil milhões de dólares ao grupo Naval Privinvest e ao seu proprietário, Iskandar Safa, ora finado, por danos, compensação e indemnização no conhecido caso das "dívidas não declaradas".

Nesse processo que corre no Tribunal Comercial de Londres, estão citados altos funcionários públicos e figuras de Estado moçambicano, como por exemplo, o antigo Presidente da República, Armando Guebuza.

Nele, o Estado moçambicano acusa a Privinvest e o seu proprietário franco-libanês e bilionário Iskandar Safa de pagar subornos a funcionários públicos e banqueiros do Credit Suisse.

O caso centra-se em empréstimos de mais de dois mil milhões de dólares americanos, feitos entre 2013 e 2014 a três empresas ligadas ao Serviço de Informação e Segurança de Estado moçambicano (ProIndicus, Ematum e MAM) pelo Credit Suisse e VTB. Alguns destes empréstimos foram sindicados, o que significa que foram oferecidos a outras instituições de crédito, como o BCP. Além disso, Moçambique pretende anular dívidas detidas pelos bancos VTB Capital e VTB Bank (Europa), ligados à Rússia, e pelo banco português BCP.

Em teoria, os empréstimos destinavam-se, entre outras coisas, a uma frota de pesca de atum, a estaleiros navais e à segurança marítima. No entanto, isso estava longe de ser o fim da história, uma vez que as dívidas do projecto eram apoiadas por garantias estatais não reveladas, o que significa que o Governo tomou-se responsável pelo pagamento dessas dívidas. No Tribunal Comercial de Londres, os advogados de Moçambique, que actuam em nome da Procuradoria-Geral da República, explicaram que a reclamação contra a Privinvest e o seu proprietário compreende 700 milhões de dólares em perdas e responsabilidades potenciais de 2,4 mil milhões de dólares. Argumentaram que mais de 136 milhões de dólares em subornos foram pagos a funcionários do Governo e a banqueiros envolvidos nos empréstimos, sem os quais o acordo nunca teria sido aprovado.

Além disso, Moçambique alega que havia sinais de alerta tão óbvios que qualquer banqueiro razoável deveria ter recusado participar. Ou seja, se os credores estivessem preocupados com o sinal de alerta acima referido, poderiam ter analisado os planos de negócios dos três veículos para fins especiais ProIndicus, Ematum e MAM, e facilmente teriam concluído que os mesmos pareciam superficiais e sem estudo de mercados externos.

No processo, grande parte da questão de Moçambique reside no facto de querer saber se o então ministro das Finanças, Manuel Chang, tinha autoridade para assinar unilateralmente uma garantia apoiada pelo Estado para

Tentativa de arrastá-lo para dívidas ocultas

Presidente Nyusi vence Privinvest

A partir de Londres, a agência noticiosa "Reuters" anunciou, quinta-feira, que o Tribunal de Recurso decidiu que o Presidente da República, Filipe Nyusi, não pode ser processado nem julgado no Reino Unido, por alegações de que aceitou pagamentos ilegais como parte do litígio de Moçambique sobre um suborno relacionado com as "dívidas ocultas". Após a decisão do Tribunal – escreve a "Reuters" – o advogado do estadista moçambicano, Simon Bushell, sócio sénior da Seladore Legal, citado pela "Reuters", saudou a decisão, afirmando, num comunicado, que "a vitória de hoje põe fim à mais recente tentativa da Privinvest fazer com que o Presidente contribua para qualquer responsabilidade que possa enfrentar na disputa mais ampla!"



Presidente da República livre de julgamento em Londres

o empréstimo? Manuel Chang está actualmente sob custódia nos Estados Unidos da América, onde se declarou inocente das acusações de fraude e lavagem de dinheiro relacionadas ao escândalo das dívidas ocultas.

Para além disso, a República de Moçambique argumenta que o antigo ministro das Finanças ultrapassou a sua autoridade ao receber um suborno multimilionário da Privinvest. Afirma que as garantias que assinou

ultrapassaram o limite máximo de garantias fixado pelas leis do Orçamento do Estado de 2013 e 2014.

Além disso, a Procuradoria-Geral da República, a Assembleia da República e o FMI foram mantidos no escuro sobre estas garantias soberanas.

Por isso, os advogados de Moçambique afirmam que o julgamento dá "finalmente voz ao povo de Moçambique", país "sobrecarregado com pobreza e dívida".

Criticam também os bancos envolvidos por tentarem obter "ganhos comerciais rápidos à custa da população e fechando os olhos ao que era óbvio a qualquer banqueiro".

No entanto, o Supremo Tribunal de Londres ainda não se pronunciou sobre o caso, após um julgamento no ano passado.

Moçambique fez um acordo com o novo proprietário do Credit Suisse, UBS UBSGS, na véspera do julgamento, em Outubro passado.

Mas um pouco antes do início do julgamento do ano passado, o Tribunal Supremo decidiu que Filipe Nyusi não tinha sido devidamente notificado do processo da Privinvest e que tinha direito à imunidade como Chefe de Estado.

A Privinvest queria processar o Presidente da República por alegadamente ter aceitado 11 milhões de dólares em pagamentos de campanha ilegais da Privinvest, que afirma que os pagamentos eram legais.

A empresa afirma que se o tribunal considerar os pagamentos ilegais, Filipe Nyusi deveria contribuir para quaisquer danos que possa ser condenado a pagar.

Mas o Tribunal de Recurso de Londres decidiu na quinta-feira, 29 de Fevereiro, que o Chefe de Estado moçambicano não foi devidamente notificado do caso.

Segundo a Reuters, o juiz Julian

Flaux também disse numa decisão escrita que Filipe Nyusi "tem imunidade da jurisdição dos tribunais ingleses enquanto for Chefe de Estado de Moçambique".

Na sequência, o advogado de Filipe Nyusi, Simon Bushell, sócio sénior da Seladore Legal, saudou a decisão, afirmando num comunicado que "a vitória de hoje põe fim à mais recente tentativa da Privinvest de fazer com que o Presidente contribua para qualquer responsabilidade que possa enfrentar na disputa mais ampla".

Descobertas em 2016, as dívidas foram estimadas em cerca de 2,7 mil milhões de dólares, de acordo com a acusação apresentada pelo Ministério Público moçambicano, originando processos judiciais nos Estados Unidos e em Moçambique.

Refira-se, entretanto, que decorreu entre Agosto de 2021 e Dezembro de 2022, na prisão de alta segurança de Maputo, o julgamento dos 19 arguidos acusados de implicação no chamado escândalo das "dívidas ocultas".

Na sentença, o Tribunal Judicial da Cidade de Maputo, condenou 11 dos 19 réus a penas que variam entre 10 e 12 anos de prisão maior e pagamento de multas. Outros oito arguidos foram inocentados, num julgamento que teve como epicentro a cadeia de Máxima Segurança (BO), sob a condução do juiz Efigénio Baptista.

Entre os condenados, perfilam nomes de Ndambi Guebuza, filho do ex-Presidente Armando Guebuza, e dois ex-dirigentes do Serviço de Informação e Segurança do Estado (SISE), Gregório Leão e António Carlos do Rosário, que foram ainda condenados a pagar uma indemnização ao Estado equivalente a 2,8 mil milhões de dólares americanos.

Nas eleições presidenciais de Outubro próximo

FRELIMO prepara novo ciclo

A FRELIMO prepara um novo ciclo de acção política e governativa, que irá iniciar depois das sétimas eleições gerais presidenciais e legislativas, e das quartas eleições dos membros das Assembleias Provinciais e do governador de província, marcadas para 09 de Outubro próximo. Com efeito, a Comissão Política, dirigida pelo Presidente da FRELIMO e Presidente da República de Moçambique, Filipe Nyusi, marcou, semana passada, para os dias 5 e 6 de Abril próximo, a realização da III Sessão Ordinária do Comité Central da FRELIMO, na Escola Central do Partido, na cidade da Matola, província de Maputo e aprovou também as novas chefias das brigadas centrais de assistência às províncias, incluindo as chefias das áreas do Gabinete Central de Preparação de Eleições.

Neste novo ciclo de governação, transcorridos sessenta anos da sua fundação, a FRELIMO quer continuar a ser a principal força política na sociedade moçambicana, promotora da Unidade Nacional, da Paz e Reconciliação Nacional, da Justiça Social, da democracia, do progresso e do crescente desen-

volvimento económico e social sustentável e inclusivo de Moçambique.

Este irá seguir-se ao outro, dos últimos cinco anos, cujo programa aprovado pelo 11º Congresso do partido, realizado em 2017, foi implementado com sucesso, através de um intenso trabalho político e de governação.

Estes feitos alcançados pelos moçambicanos, liderados pela FRELIMO, conferem ao partido a responsabilidade de continuar a ser a formação política aglutinadora e que tem sabido materializar os sonhos, anseios e demandas do povo e da sociedade moçambicana.

"Este percurso histórico da FRELIMO faz de nós os pioneiros do modelo da descentralização e desconcentração administrativa e financeira no nosso país", refere o programa do partido aprovado pelo 12º Congresso, realizado na Matola, província de Maputo, em Setembro de 2022. ➤

Desafios comuns reúnem FRELIMO e ANC

-Roque Silva, secretário-geral do partido no poder, na vizinha África do Sul, desde última sexta-feira

Os desafios comuns, sobretudo os impostos pela actual conjuntura política de Moçambique e da África de Sul, bem como da região e do mundo, juntam o partido FRELIMO e os partidos Congresso Nacional Africano (ANC) e o Partido Comunista Sul-Africano (SACP). A este propósito, o secretário-geral da FRELIMO, Roque Silva encontra-se na República da África do Sul, desde sexta-feira, para avaliar, juntamente com o seu homólogo do ANC, Fikile Mbalula, o estágio de amizade e cooperação entre os dois países, bem como interagir com os quadros do partido e a comunidade moçambicana residente naquele país, no contexto da preparação das sétimas eleições gerais presidenciais e legislativas e das quartas dos membros das Assembleias Provinciais e do Governador de Província, a 9 de Outubro próximo.

Falando à Imprensa logo após a sua chegada, Roque Silva disse que a visita enquadrava-se nos laços históricos existentes entre a FRELIMO e os dois partidos irmãos (ANC e SACP), por serem partidos libertadores.

“Vamos olhar para os desafios comuns, principalmente, aquilo que nos é imposto pela actual conjuntura política cada vez mais desafiante”, afirmou.

Como é sabido, enfatizou o secretário-geral da FRELIMO, neste ano, Moçambique vai ter as sétimas eleições gerais presidenciais e legislativas e as quartas dos membros das Assembleias Provinciais e do Governador de Província e o ANC vai, também, participar em processos eleitorais.

“Então, viemos trocar experiências sobre como é que cada um dos nossos partidos políticos vai se preparar para participar nestes processos eleitorais”, apontou Roque Silva.

A África de Sul vai às eleições gerais no dia 29 de Maio e Moçambique no dia 9 de Outubro próximo, mas também porque a África de Sul acolhe milhares de moçambicanos como trabalhadores ou radicados. “Podemos também considerar o facto de serem dois países vizinhos e com um nível de cooperação bastante profunda”, afirmou, acrescentando que “também viemos aqui para ver como é que a nossa estrutura política está organizada e funciona”.

Com o efeito, o secretário-geral da FRELIMO reuniu-se sexta-feira em Joanesburgo, com o seu homólogo do ANC, Fikile Mbalula e depois com o Secretário-Geral do Partido Comunista Sul-Africano, Solly Mapaila.

Em Abril de 2022 uma delegação do ANC, chefiada pela presidente da comissão de relações internacionais, Lindiwe Zulu, esteve em Maputo para a avaliação da cooperação entre os dois



Roque Silva, SG da FRELIMO

partidos, cujas relações históricas, datam dos tempos de luta pela independência de Moçambique e da África do Sul.

Nesse contexto, Roque Silva orientou uma sessão do secretariado do comité de zona alargada, para avaliar o seu nível de organização, funcionamento e estágio de preparação das eleições gerais de 09 de Outubro próximo.

Sobre a máquina eleitoral, o dirigente político vincou que ela é montada logo que termina um processo eleitoral, estruturada desde as células do partido, comités do círculo, de zona até ao comité central.

“Esta é máquina que movimenta a FRELIMO não apenas para conquistar as eleições como também para contribuir para o desenvolvimento do país e para o bem-estar dos moçambicanos”, sublinhou Roque Silva.

“Se calhar é isto que admira as pessoas quando a FRELIMO consegue vitórias eleitorais”, portanto, “a FRELIMO não se prepara para as eleições, mas para contribuir para o bem-estar das pessoas”.

Aliás, “é este trabalho e toda esta organização que fazem com que a FRELIMO mereça confiança dos moçambicanos quando chegam eleições”,

assinalou Roque Silva.

Questionado sobre o candidato à sucessão de Filipe Nyusi na presidência da República, o secretário-geral fez saber que a FRELIMO irá apresentar seu candidato dentro dos prazos estabelecidos por lei e garante que logo que chegar a altura, os moçambicanos saberão quem será. Se se vai tratar de um dos nomes ventilados na imprensa ou anónimos, Roque Silva observou que a FRELIMO tem acima de cinco milhões de membros e no meio deles, sairá um candidato.

“Qualquer um dos nomes pode ser candidato porque são membros do partido, mas, também, pode vir a ser um grande admirador que a FRELIMO ache que pode gerir o país da melhor maneira”, salientou.

No domingo, o Secretário-Geral da Frelimo escalou Tonga, na província de Mpumalanga para se reunir com a comunidade moçambicana ali baseada.

Nesta deslocação que termina esta quarta-feira, o secretário-geral da FRELIMO faz-se acompanhar pelos secretários do Comité Central para Administração e Finanças, Sónia Macuvel; da Comunicação e Imagem, Ludmila Maguni; os primeiros secretários provinciais de Gaza, Daniel Matavel; da província de Maputo, Avelino Muchine; os secretários-gerais da OMM e OJM, Mariazinha Niquisse e Silva Livone, bem como por outros quadros do Partido.

“Por isso, comprometemo-nos a continuar a liderar o debate e a acção sobre o aprofundamento do modelo de administração descentralizada do território nacional, de forma inclusiva”, lê-se no documento a que a reportagem do PÚBLICO teve acesso.

O programa sublinha ainda que, “atenta aos anseios da população em cada fase do desenvolvimento do país e ciente das aspirações de todos os moçambicanos, fiel aos seus princípios fundacionais de promoção e exercício da democracia interna no partido e leal aos seus princípios de comunicação e diálogo permanentes com as bases, a FRELIMO apresenta o seu programa para os próximos 5 anos”.

Nesse contexto, a Comissão Política convocou, na última segunda-feira, para os dias 5 e 6 de Abril, a realização da III Sessão Ordinária do Comité Central da FRELIMO, na Escola Central do Partido, na cidade da Matola, província de Maputo.

Na mesma sessão, o órgão que dirige o partido no intervalo dos congressos, aprovou, com a liderança do Presidente da FRELIMO e Presidente da República de Moçambique, Filipe Nyusi, as novas chefias das brigadas centrais de assistência às províncias. Assim, a província de Niassa passa a ser



Ludmila Maguni, porta-voz da FRELIMO

assistida por Filipe Chimoio Paúnde; Cabo Delgado, Amélia Muendane; Nampula, Fernando Faustino e Sérgio Pantie; Zambézia, Aires Ali; Sofala, Eneas Comiche; Manica, Esperança Bias; Tete, Damião José; Inhambane, Celso Correia; Gaza, Margarida Talapa; Maputo, Verónica Macamo e Tomás Salomão; Maputo Cidade, Francisco Mucanheia e na diáspora, Alcinda de Abreu.

Sublinhe-se que todas as brigadas centrais são chefiadas por membros da comissão política que passaram de

uma província para a outra e no terreno têm a dura e espinhosa missão de acompanhar o nível de desenvolvimento socioeconómico, político e de segurança, tendo em conta a conjuntura nacional e internacional, bem como dialogar com as diferentes forças vivas locais. No âmbito das preparações das sétimas eleições presidenciais e legislativas e das quartas dos membros das assembleias provinciais e do governador de província, as brigadas centrais irão liderar e monitorar a di-

vulgação das directivas e os processos de eleições internas, incluindo os instrumentos orientadores, entre outras actividades ao nível das bases.

Na mesma esteira, a Comissão Política aprovou as chefias das áreas do gabinete central de preparação de eleições. Com efeito, a área de actividade interna é composta por Verónica Macamo (membro da Comissão Política) como chefe e tem como adjuntos, João Muchine Mudema e Isalde das Neves Ussene, membros do secretariado do Comité Central.

Na área de Mobilização e Comunicação Social, Margarida Talapa, membro da Comissão Política, será a chefe e coadjuvada por Damião José, também membro da Comissão Política e por Ludmila Maguni, membro do secretariado do Comité Central e porta-voz do partido.

A área de Finanças e Logística tem como chefe, Adriano Afonso Maleiane, primeiro-ministro, tendo como adjuntos, Sónia Vitorino Macuvel, membro do secretariado do Comité Central e Ernesto Max Tonela, membro do Comité Central.

Para a verificação e análise de candidaturas, a Comissão Política indigitou Ana Comoana para o lugar de chefe e Esperança Laurinda Francisco Nhi-

uane Bias, como chefe-adjunta. A área de Defesa e Segurança será chefiada por Alberto Joaquim Chipande, co-adjudado por Fernando Faustino. Por último, a área de Relações Exteriores, a FRELIMO confiou a missão a Alcinda de Abreu, como chefe e terá como adjunto, Tomé Picasso.

A Comissão Política foi informada sobre a situação de segurança no país e congratula as Forças de Defesa e Segurança pela sua bravura no Teatro Operacional Norte que, juntamente com a Missão da Comunidade de Desenvolvimento dos Países da África Austral e do Ruanda, frustraram, recentemente, a tentativa de recrutamento de jovens para as fileiras dos grupos terroristas, que actuam na província de Cabo Delgado.

Na sequência, a Comissão Política encoraja as Forças de Defesa e Segurança a continuarem firmes na defesa da Pátria e no combate cerrado ao terrorismo, exortando a todos cidadãos no sentido de manterem a vigilância, em colaboração com as autoridades, para a salvaguarda do ambiente de paz e harmonia no seio das comunidades, e apela para o espírito de solidariedade e boa vontade de todos os segmentos da sociedade para com as vítimas do terrorismo.

DESTAQUE

Ecos da cimeira do Fórum dos Países Exportadores de Gás

Segurança global pressiona nações

- Presidente moçambicano, Filipe Nyusi, discursando, último sábado, no contexto do evento, havido na Argélia, país do norte de África

Segurança global e transição energética, para o estadista moçambicano, Filipe Nyusi, são matérias que, no momento actual, ocupam um lugar central, pelo facto de o mundo estar a atravessar incertezas, decorrentes da interrupção de fornecimento, provocada pela guerra na Europa e no Médio Oriente, uma realidade que, para ele, coloca mais pressão às nações do mundo, incluindo Moçambique.

O estadista moçambicano falava, no pretérito sábado, na esfera da sétima cimeira do Fórum dos Países Exportadores de Gás (GECF), em Argel, a cidade capital da Argélia, onde destacou dois temas, nomeadamente, a transição energética e segurança global que, para si, ocupam um lugar central no momento actual, referindo-se basicamente ao facto de o mundo estar a atravessar incertezas, neste momento, decorrentes da interrupção de fornecimento, o que é acentuado pela guerra na Europa e no Médio Oriente.

Esta realidade, para o estadista moçambicano, coloca mais pressão aos países, incluindo Moçambique. Por isso, para este estadista, há que se ter em conta este aspecto e a urgência no combate à pobreza energética nos países africanos.

Referiu que a necessidade do fornecimento de energia tem estado cada vez mais a ser impulsionada pelo crescimento da população, industrialização de muitos países em África, crescimento económico global e pela necessidade de substituição de fontes poluentes como o carvão na geração de energia.

África, diz, precisa de aumentar o acesso à energia para a sua população. Deste modo, ajunta, a filiação de Moçambique ao Fórum dos Países Exportadores de Gás como observador permite a este país assegurar a defesa de uma transição energética justa com a substituição gradual dos combustíveis fósseis por outras fontes de energia mais amigas do ambiente.

Sobre a segurança global, o Presidente Nyusi referiu que esta questão exige, em princípio, uma acção concertada de todos os países, como um fórum, em defesa de interesses comuns, em razão da instabilidade provocada por guerras na Europa e no Médio Oriente e ataques terroristas que provocam a deslocação de milhares de cidadãos indefesos.

Com efeito, o governante destacou a relevância desta Cimeira, sobretudo por se revelar um espaço oficial de



Presidente Nyusi discursando na Cimeira do GECF

debate sobre o futuro do sector num momento em que o mundo se depara com enormes desafios.

“Esta sétima cimeira do Fórum dos Países Exportadores de Gás, ao permitir a disponibilidade de informação sobre as tendências do mercado, o ambiente regulatório e da evolução tecnológica, confere uma oportunidade ímpar a todos os participantes no alinhamento estratégico rumo à monetização dos nossos recursos”, disse, informando, por

um gasoduto de 850 quilómetros que liga o mercado sul-africano.

Dados por si avançados na ocasião indicam que, actualmente, perto de 1/3 de geração de energia em Moçambique resulta do gás natural, com ligações (ainda que em pequena dimensão) ao mercado de consumo.

Adicionalmente, informou que a partir das reservas de classe mundial na bacia do Rovuma, no Norte do país, ressalta a produção do gás natural liq-

uado, informou que o gás natural moçambicano, a par de outras soluções energéticas, ocupa um lugar privilegiado no mercado global, por se tratar de uma fonte de energia versátil, que pode ser utilizada para uma variedade de fins.

“Uma das variedades é a geração de electricidade, como também o combustível para o transporte, a produção industrial e de fertilizantes químicos utilizados na agricultura, actividades de maiores rendas de sustento para a maior parte da população moçambicana. Por estas razões todas, o nosso Governo determinou que 10 por cento do gás produzido será alocado ao mercado doméstico, pelo que se apresenta um vasto potencial de desenvolvimento neste sentido.”

O Presidente da República terminou a sua intervenção em sede da Cimeira dos GECF augurando que espera que deste fórum resultem discussões e decisões que vão incrementar a colaboração mútua rumo ao rápido e contínuo desenvolvimento económico dos países-membros buscando promover um mundo mais justo e equitativo para todos.

O reconhecimento pelo Estado moçambicano de que o gás natural é uma fonte alternativa para a transição energética pesou para a admissão de

internacional a longo prazo.

Com esta adesão, Moçambique terá acesso, de forma privilegiada, a todos os estudos do mercado de gás natural dos principais fornecedores e vendedores. O fórum permite a Moçambique participar também das discussões de todos os órgãos do fórum, além de participar em plataformas de troca de experiência sobre matérias relativas ao mercado de gás natural.

Os países do GECF representam 70 por cento das reservas comprovadas de gás natural, 44 por cento de produção comercializada, 52 por cento de gasoduto e 51 por cento das exportações de GNL em todo o mundo.

APRENDER COM OS BONS

O Presidente Filipe Nyusi, que sempre se destacou pela sua simplicidade e humildade quando o assunto é aprender seja o que for, desta vez, Na Argélia bebeu da experiência daquele país para superar os desafios que se impõem no desenvolvimento nacional, sobretudo, no campo de segurança. A Argélia, recorde-se, já passou por momentos ruins, estimulados por uma acentuada instabilidade política, movida por grupos terroristas, mas conseguiu controlar – uma experiência que pode permitir o



consequente, que Moçambique vem exportando o gás natural há 20 anos em pequena escala com os campos em terra na região Sul do país através de

uefeito (LNG) do Coral Sul FLNG, que arrancou em Outubro de 2022, ano em que Moçambique se tornou membro observador do GECF.

Moçambique a esta organização. Pesou também o papel preponderante do país como fornecedor fiável de gás natural e LNG ao mercado nacional e

país ultrapassar de forma airoso a crise de segurança em Cabo Delgado.

A segurança pública é uma das áreas prioritárias que Moçambique pre- ➤

DESTAQUE

«tende melhorar e, por isso, ao longo dos dias em que esteve de trabalho naquele país, o estadista moçambicano conseguiu formalizar acordos em matéria de segurança e não só, no âmbito das conversações bilaterais que o Presidente Nyusi manteve com o seu homólogo argelino, Abdelmadjid Tebboune.

Com Argélia, existe um grande potencial de cooperação nessa área, sobretudo, tomando em consideração os ataques que os terroristas têm realizado na província de Cabo Delgado.

A Argélia, recorda-se, já passou por momentos difíceis de instabilidade devido às acções terroristas, no entanto, conseguiu controlar e esta experiência pode ser válida para Moçambique se libertar do terrorismo que afecta a região norte do país.

Neste momento, Moçambique está a combater o terrorismo com o apoio da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e do Ruanda, “não estando fechado à necessidade de cooperar com outros países”, segundo o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Manuel Gonçalves.

QUEREMOS EXPERIÊNCIA ARGELINA

Segundo o Chefe de Estado, Moçambique quer contar com a “experiência” da Argélia no combate ao terrorismo, no norte do país, recordando o apoio recebido durante a guerra colonial.

“Da Argélia saíram mulheres e homens moçambicanos cujo saber adquirido foi replicado nos campos de treino, contribuindo de forma decisiva para, na linha da frente, acelerar o derube do colonialismo que nos oprimia”, recordou, aludindo desde logo a formação militar que Samora Machel, primeiro Presidente de Moçambique independente, recebeu naquele país.

“Neste momento que enfrentamos o terrorismo, manifestamos junto desta nação irmã o nosso interesse em continuar a contar com a sua experiência na prevenção e combate a este fenómeno. Queremos que a semente então lançada pelos nossos líderes germine, desenvolva-se, nos dê frutos suculentos e sirva para todas as gerações”, acrescentou Filipe Nyusi.

A cooperação mútua entre os dois países está assente no Acordo Geral de Cooperação assinado pelos governos moçambicano e argelino em 11 de



Dezembro de 1985, em Argel, a cidade capital da Argélia, aquando da visita do saudoso Samora Machel àquele país.

CONVITE ALICIANTE AOS ARGELINOS

Na Argélia, o Presidente moçambicano, Filipe Nyusi, capitalizou no máximo a sua estadia, lançando oportunidades e facilidades para o investimento directo estrangeiro, tendo como foco atrair mais projectos de desenvolvimento para Moçambique.

Filipe Nyusi fez o convite quando se reuniu com os representantes de oito das principais empresas dos ramos de

agricultura, energia, turismo e infra-estruturas, bem como com os presidentes dos conselhos de administração da Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (SONATRACH) e de Electricidade e Gás (SONELGAZ) daquele país africano localizado na região do Magrebe.

Durante o encontro, as partes abordaram vários aspectos sobre a cooperação, sobretudo no domínio de energia, agricultura, comércio e muitas outras possibilidades em termos de investimento directo e intercâmbio.

No fim do encontro, em declarações à imprensa, o director de Promoção de Oportunidades de Exportação e de Negócios no Ministério dos Negócios

Estrangeiros da República Democrática e Popular Argelina, Fassih Rabah, que também esteve presente, apresentou boas perspectivas.

“Nós estamos muito satisfeitos pela visita da delegação moçambicana, liderada pelo respectivo Presidente da República. Estamos satisfeitos porque há muitas possibilidades de passarmos a trabalhar juntos. Na área de energia, por exemplo, vimos que não é só nos hidrocarbonetos, mas também em termos de energias renováveis, podendo ainda se fazer muito mais. E podemos trabalhar, também, na agricultura e no comércio”, disse.

No encontro, os representantes da

associação empresarial que congrega homens e mulheres de negócios do sector público e privado, anunciaram que vão, muito brevemente, enviar uma missão para Moçambique para abordar questões económico-empresariais com o objectivo de explorar as potencialidades de cooperação.

“Portanto, esta é outra forma de avançarmos nas questões concretas da nossa cooperação. Estamos a trabalhar no sentido de enviar essa delegação o mais breve possível”, sublinharam.

O director de Promoção de Oportunidades de Exportação e de Negócios avançou também que o seu país vai organizar uma feira internacional, em Junho próximo, e manifestou a vontade de ver empresários moçambicanos como parte do evento.

“Estamos a fazer tudo para que haja uma presença mais visível de empresas argelinas em Moçambique a desenvolverem actividades económicas, assim como desejamos também acolher empresas moçambicanas que queiram desenvolver negócios na Argélia”, afirmou.

A possibilidade de criação de um Conselho Empresarial ou de Negócios é outro aspecto referido pelo dirigente argelino, uma entidade que vai congrega as maiores empresas que existem, quer argelinas, quer internacionais, que tenham como objectivo fazer um plano, “com projectos muito concretos de cooperação empresarial”, para que haja mais visibilidade dessas empresas, da cooperação económico-empresarial na Argélia e em Moçambique.

No cômputo geral, foi denominador comum a necessidade de estabelecimento de parcerias mutuamente vantajosas que estimulem sinergias em sectores prioritários para ambos países, como o económico-empresarial, o de promoção de investimentos privados, o da transferência de tecnologias, troca de experiências e formação do capital humano em diferentes áreas, incluindo a área do petróleo e gás, por entenderem haver todo o potencial para os dois países trabalharem no sentido de cooperar em fórum empresarial para o mesmo fim.

O Presidente Nyusi reuniu-se também com a comunidade moçambicana residente naquele país, maioritariamente composta por estudantes, a quem explicou os motivos da sua visita, incluindo os resultados já alcançados no contexto bilateral.

O Presidente da República informou também à comunidade sobre o ponto de situação socioeconómica e política do país, incluindo o estágio do combate ao terrorismo e extremismo violento na província de Cabo Delgado.

Encorajou-a a continuar a representar condignamente Moçambique e os moçambicanos naquele país.

Aos estudantes, Filipe Nyusi apelou ainda para que se mantenham disciplinados e se empenhem de modo que, no tempo predeterminado, concluam a sua formação, assimilando continuamente os valores do patriotismo, pois Argélia é um exemplo a seguir neste aspecto.



Visita ao Museu dos Mujahid



Presidente Nyusi com seu homólogo do Irão

OPINIÃO

Editorial

Aviso Laranja

O Governo moçambicano decretou, na última sessão do Conselho de Ministros, o alerta Laranja, que visa desencadear um conjunto de medidas para a assistência às vítimas das inundações que se registam em algumas regiões do país, influenciadas pelo fenómeno El-Niño. O alerta surge devido à época chuvosa e ciclónica 2023-2024, que o país atravessa desde Outubro último, marcada por chuvas acima do normal nas regiões Centro e norte. Falando no habitual briefing à imprensa, minutos após o término da 5ª sessão ordinária do Conselho de Ministros, o porta-voz do Executivo, Filimão Suaze, explicou que o Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres (INGD) vai activar os centros operativos de emergência a nível nacional e distrital, incluindo a mobilização de recursos humanos, materiais e financeiros para os locais estratégicos.

O aviso procura intensificar o apelo às populações para saírem das zonas de risco para as mais seguras.

Havendo muita escassez de chuva na região Sul do país, e chuvas acima

do normal no Centro e Norte, pode, segundo o porta-voz, o país vir a ter consequências a curto e médio prazo.

“Queremos nos antecipar de modo que possamos criar condições”, venceu.

As projecções do Plano de Contingência para a presente época chuvosa e ciclónica, que termina em Março próximo, indicam que cerca de 2,5 milhões de pessoas em todo o país poderão estar em risco.

As autoridades nacionais apontam que desde o início da época chuvosa e ciclónica registaram-se pelo menos 69 mortes, a maior parte das quais na província central da Zambézia (22), tendo como principais causas descargas atmosféricas, desabamento de paredes e afogamento.

No mesmo período, 62 pessoas ficaram feridas, 3.702 casas ficaram parcial e totalmente destruídas e outras 2.358 inundadas.

O mau tempo destruiu também 177 salas de aula e afectou 60 escolas, 13.283 alunos e 157 professores.

Entretanto, vários têm sido os questionamentos em relação ao impacto ou

resultados reais dos apelos que o INGD tem vindo a realizar alegadamente porque reina a sensação de se estar a sensibilizar, reassentar e apoiar as mesmas populações todos os anos. Para os especialistas, o trabalho do INGD deve mitigar o impacto das chuvas por um longo período de tempo e não a curto prazo, como os factos denunciam. Para isso, defende-se a necessidade de o INGD mapear e retirar em definitivo todas as populações que se encontram no leito dos rios e em outras zonas de risco. Sem isso, o Governo nada estará a fazer, porque as populações são retiradas e reassentadas em zonas considerados mais seguras, e meia-volta, quando o fenómeno passa, elas retomam às mesmas zonas de risco. Tornou-se um ciclo vicioso e isso não dever ser permitido.

Ainda no âmbito do Aviso Laranja, o Governo deveria instruir aos ministérios da Educação e Desenvolvimento Humano e da Saúde para inventariarem as infra-estruturas que correm o risco de serem afectadas pelas chuvas e ciclones, para depois propor medi-

das necessárias. Recomenda-se uma maior organização e aprimoramento dos métodos de planificação ao nível do INGD, porque só assim é que estaremos a construir a necessária resiliência aos fenómenos climáticos que nos últimos anos têm afectado o nosso país com maior intensidade.

Aliás, é também importante o INGD apertar o cerco à prática de desvio de produtos e materiais que, no lugar de beneficiar as populações afectadas e vulneráveis, vão para as residências ou estabelecimentos comerciais dos responsáveis. Estes esquemas devem acabar, porque, afinal de contas, perpetuam a vulnerabilidade, pobreza e descrença pelas instituições do Estado.

Também, devido ao fenómeno El-Niño, as zonas Centro e Sul do país poderão viver nos próximos tempos episódios de seca severos, caracterizados pela escassez de chuvas e elevação da temperatura atmosférica para níveis fora do normal.

Estes efeitos já se fazem sentir a nível nacional, principalmente na região Sul e como consequência, pelo menos na

provincia e cidade de Maputo, as reservas de água já se mostram insuficientes e os solos perdem, gradualmente, humidade. Esse facto ameaça provocar uma crise alimentar e escassez de hortícolas.

Portanto, ao decretar o Alerta Laranja o Governo, através do INGD, não deve somente concentrar-se na mobilização de recursos humanos, materiais e financeiros para dar assistência às vítimas das chuvas, mas também em assegurar assistência alimentar às populações vulneráveis da região Sul, que poderão passar fome devido à seca. A mesma atenção deve ser igualmente dada aos agricultores que já se queixam de culturas perdidas por causa da falta de chuva, tal como acontece na Vala de Mulaúze, na capital do país, a cintura verde que fornece hortícolas às cidades de Maputo e Matola. Aqui, os agricultores imploram, além do apoio em sementes de culturas resilientes à seca, a realização de trabalhos de limpeza da vala de modo a permitir maior e melhor circulação das águas do rio e, podendo, dessa forma, reduzir o impacto da falta de chuvas.



ALMEIDA CARLOS NGOVENE
almeidamago@yahoo.com.br

Maimuna Valemo Lili Wayne, residente no bairro de Muavire, Cidade de Nampula, contactou Muthetho alegando que, em 30 de Janeiro de 2023, por volta das 9:00 horas, celebrou com o senhor **Telmo Muchanga de Namicopo**, um contrato de compra e venda de viatura, de marca Honda Fit, Matrícula AAAA-005MPX, cor Azul, a um preço de 240.000,00 Meticais, tendo o vendedor assumido o compromisso de proceder a entrega às 13:00 horas, na rua das flores.

Com efeito, o vendedor, neste caso, o senhor **Telmo Muchanga de Namicopo**, dirigiu-se ao parque onde

Contrato de compra e Venda

procedeu ao levantamento da viatura supramencionada e, daí, seguiu ao local onde deveria acontecer o acto da entrega.

Maimuna Valemo Lili Wayne refere que o vendedor conduzia a referida viatura enquanto consumia bebidas alcoólicas, e, num desses descuidos, capotou e, como resultado, toda ela pegou fogo.

Finalmente, a nossa correspondente pretende saber o que pode fazer para reaver o dinheiro ou mesmo obrigar ao vendedor a cumprir na íntegra o contrato.

Dissertação jurídica

Os contratos têm uma função social e são meios de circulação da riqueza, actuando como centro da vida dos negócios. As partes celebram qualquer tipo de contrato com o objectivo

de atingir determinados interesses, sobretudo patrimoniais, manifestando suas vontades, estabelecendo prestações e obrigações recíprocas, criando um dever jurídico principal (de dar, fazer ou não fazer). Assim sendo, o contrato é um acordo de vontades de partes que tem por fim criar, modificar e extinguir direitos e obrigações.

No sistema jurídico francês o contrato opera a transferência dos direitos reais, já nos outros sistemas do direito, o contrato só cria obrigações, onde o Estado intervém, apenas, na relação contratual privada para assegurar a supremacia da ordem pública, prevalecendo o interesse público.

Portanto, quando uma pessoa contrata outra, e esta deixar de cumprir com a obrigação, surge para o credor o direito de exigir, seja por via de uma acção judicial ou extraju- ▶

Muthetho Ficha Técnica

Público

SOCIEDADE NOVO RUMO, LDA
Reg. 040/GABINFO-DEC/2008
Av. Vladimir Lenine, Nº 548, R/C, Flat 3
Maputo-Moçambique
Telefax: 21415606

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:
Presidente:
Dr. Rui de Carvalho - Cell: 84 38 12 091
E-mail: r823812091@gmail.com

ADMINISTRADORES:
Administrador Executivo: Ernesto Langa
Administrador: Rui da Maia

DIRECTOR EDITORIAL:
Anselmo Sengo - Cell: 84 674 1564
Email: sengoaans@yahoo.com.br

CHEFE DA REDACÇÃO
MIGUEL MUNGUAMBE - Cell: 82 895 9407
Email: mmunguamb@yahoo.com.br

REDACÇÃO:
Anselmo Sengo, Miguel Munguambe, Atália Cavele

CORRESPONDENTES:
Jorge Malangaze (Sofala)

COLABORADORES PERMANENTES:
Benjamim Alfredo, Rui da Maia, Pedro Faela, Gerson da Silva & Pedro Mufuukula

REVISÃO:
Ivan Levy

DISTRIBUIÇÃO
Délcio Lucas Cumbane - Cell: 87 971 64798 & Rafael Nhar

PUBLICIDADE & MARKETING
Hélia Mucavele - Cel: 84 279 8394

MAQUETIZAÇÃO, PAGINAÇÃO & FOTOGRAFIA
Sansão Mazive - Cell: 84 482 6810 & 87 819 4600
E-mail: smazive@gmail.com
Ivan de Carvalho - Cell: 85 625 8287

ADMINISTRAÇÃO & FINANÇAS
Chefe: Sansão Mazive - Cell: 84 482 6810 & 87 819 4600

IMPRESSÃO:
Sociedade Notícias S.A | Matola - Moçambique

Jornal Público

Assinatura 2024

Entrega ao domicílio

Ano/Mtn	Semestral	Trimestral
4.200,00	2.200,00	1.500,00

Sapiência



BENJAMIM ALFREDO (PhD)
E-mail: ba@balfredo.com

Vou ser breve, embora o assunto careça de uma abordagem mais profunda. Trata-se do sofrimento que os moradores da Matola-Rio, Belo Horizonte, Boane e Mozal, e os que transitam pela Estrada Nacional Número 2 enfrentam para circular naquela via. Atravessar a ponte sobre o rio Matola e o desvio para a Mozal é um grande sofrimento, senão mesmo uma odisséia, pois chega-se a gastar uma hora ou mais (principalmente aos sábados e no meio da semana nas horas de ponta) para o efeito. O problema está identificado: a via é estreita para a quantidade de viaturas que nela circulam. Alguém que decide viajar para os bairros acima indicados sujeita-se

“

Vou ser breve, embora o assunto careça de uma abordagem mais profunda. Trata-se do sofrimento que os moradores da Matola-Rio, Belo Horizonte, Boane e Mozal, e os que transitam pela Estrada Nacional Número 2 enfrentam para circular naquela via.

”

a um grande sacrifício. Nalguns casos, até pode sofrer uma subida repentina de tensão arterial e raiva. Mesmo com a polícia de trânsito a controlar o tráfego, não consegue que as viaturas circulem com eficácia desejada, aliado ao facto de os chapeiros (os mais indis-

ciplinados motoristas da praça, não respeitarem nenhuma regra de trânsito com o olhar conivente da referida polícia). No troço entre as pontes da Matola-Rio e o desvio para a Mozal, há um grande nó de estrangulamento rodoviário que propicia a não boa circulação das viaturas. Além disso, há uma grande limitação no processo de desenvolvimento económico e social dos Municípios de Matola-Rio e de Boane. Sabido que nos últimos anos muita gente começou a desenvolver as suas actividades naqueles Municípios. Muitos residentes daqueles Municípios estão a abandonar as suas casas ou a vendê-las por não conseguirem transitar de forma célere pela Estrada Nacional Número 2. Diversos dirigentes do nosso país ao mais alto nível circulam por aquela via, e, sempre que o fazem, muitas vezes a altas velocidades, obrigam os demais utilizadores a afastarem-se, havendo situações em que tal ocorre mesmo no tabuleiro da ponte com todo o perigo que pode ocasionar em acidente ou mesmo fatalidade, porque os automobilistas são obrigados a encostar na berma com espaço reduzido, podendo até resvalar rio

“

Ainda assim, há situações em que um pedido de desculpa pode ser admissível e, com isso, não exige a responsabilidade. Temos situações de força maior, fortuitas, e outras situações que podem justificar, etc. Caso fortuito é um impedimento para o cumprimento de uma.....

”

abaixo. A questão que se coloca e que tarda a ter resposta é sobre o que os dirigentes governamentais responsáveis pensam acerca da situação que se vive naquele troço e na via que liga Matola a Boane e Matola à Mozal e quais as medidas ou solução para

o caso? O silêncio parece pretender significar que não há plano para a solução do problema prevalecente, e certamente que o assunto não constitui prioridade para tais Dirigentes tanto dos órgãos locais como centrais. Há um silêncio e falta de qualquer sinal para que se saiba o que de facto se deve fazer. Isto leva a que se diga que o grande desafio que sobra para os edis de Matola-Rio e Boane está na resolução do problema de tráfego na Estrada Nacional Número 2 e principalmente na Ponte da Matola-Rio e no desvio para a Mozal. Que saibam que o desenvolvimento dos seus Municípios depende em larga medida daquela via. Por isso, esperar que seja o Governo Central a resolver o problema não vai ser tão já. É altura de procurarem financiamentos externos/internos e pressionarem a ANE a fazer algo acontecer no troço entre o Hospital Provincial de Maputo e Boane. Caso se resolva o problema verão o desenvolvimento acontecer na região. Vale mais uma acção concreta do que desperdiçar esforços em acções que não adicionam nenhum valor no bem-estar social e económico dos Municípios. Esperamos para ver.

« dicial, porque houve uma responsabilidade contratual e, por vezes, as partes chegam a um consenso sem, no entanto, precisar a intervenção judicial, por ser esta a via mais onerosa e morosa. Claro, em qualquer tipo de contrato prevalece o princípio de autonomia de vontades das partes, (são livres e iguais e nada os pode obrigar, salvo o seu consentimento).

Assim, a origem única das normas jurídicas, por definição obrigatórias, é o acordo de vontades. É um princípio elementar nas relações contratuais, onde há acordo entre as partes, sendo amplas as possibilidades delas fixarem o conteúdo contratual, por isso o artigo 405º do código civil dispõe:

1. Dentro dos limites da lei, as partes têm a faculdade de fixar livremente o conteúdo dos contratos, celebrar contratos diferentes dos previstos no código civil ou incluir nestes cláusulas que lhes aprouver.

O Legislador Moçambicano abre um espaço para que as partes discutam o conteúdo contratual, sem, no entanto, fugir dos limites que a própria lei oferece. Por exemplo, quando um indivíduo compra um bilhete para viajar de avião, fixa-se o horário de partida, aderindo-se às cláusulas estipuladas no contrato, embora não discutidas previamente, e, é suposto que o voo tenha que partir naquela hora, sem qualquer percalço, mas nem sempre isso acontece, por vezes, o voo parte numa hora diferente da marcada, causando transtornos. O passageiro é obrigado esperar, ainda não concordando, e, no meio de tudo isto, há uma série de assuntos que ficam

privados e desarticulados.

Ainda assim, há situações em que um pedido de desculpa pode ser admissível e, com isso, não exige a responsabilidade. Temos situações de força maior, fortuitas, e outras situações que podem justificar, etc. Caso fortuito é um impedimento para o cumprimento de uma obrigação, relacionado com a pessoa do devedor, ou seja, é um acontecimento interno, irresistível e que não emana de culpa do devedor, mas decorre de circunstâncias ligadas à sua pessoa. É a situação que decorre de facto alheio à vontade da parte, mas proveniente de factos humanos. Exemplo, o devedor adoece. Caso fortuito é todo aquele imprevisível e, por isso, inevitável, sendo o caso de força maior aquele que pode até ser previsível, porém é inevitável; por exemplo, os fenômenos da natureza, tais como tempestades, furacões, etc.

O artigo 406º do Código Civil dispõe que o contrato deve ser pontualmente cumprido, e só pode modificar-se ou extinguir-se por mútuo consentimento dos contraentes ou nos casos admitidos na lei.

Pelo atrás citado, surge a necessidade de o passageiro ou o contratante responsabilizar ao incumpridor, aliás, os bancos comerciais são exemplo, quando o mutuário atrasa com o pagamento de uma letra, logo, fixa-se uma penalização de juros de mora, por isso, os devedores fazem todo o milagre com vista a pagarem as suas dívidas. **Indo ao assunto:**

A legislação moçambicana fixa um conjunto de contratos e cada um

deles tem a sua natureza e características principais, aliás, não se pode, por exemplo, integrar os elementos de um contrato de arrendamento a um contrato de compra e venda. Assim sendo, de acordo com o artigo 874º do Código Civil, define-se o contrato de compra e venda, sendo pelo qual se transmite a propriedade de uma coisa, ou outro direito, mediante um preço.

Falar-se do contrato de compra e venda pode, até, parecer um assunto que envolve ricos e poderosos, quando, na verdade, cada um de nós já o realizou com sucesso ou fracasso por questões alheias à nossa vontade. Ainda assim, importa salientar que o contrato de compra e venda apresenta uma série de características, podendo ser nominado, típico, bilateral, oneroso, consensual, sinalagmática, eficácia real; isto é, produz efeitos a partir da sua celebração. A regra geral é a prevista no artigo 219º do Código Civil, sendo a excepção a prevista no artigo 875º do Código Civil.

A observância da lei e das demais disposições legais é de suma importância para o sucesso de qualquer contrato, pois só assim evita-se conflitos, a título elucidativo;

Nos nossos bairros, as pessoas vendem os seus imóveis e procedem a entrega ao comprador, sem terem observado a celebração de escritura pública e é presenciada pelo chefe de Quarteirão ou por pessoas influentes do bairro, só que, na hora da verdade, o acto atrás referido acaba não surtindo efeitos jurídicos desejados. Trata-se de uma prática usual no quotidiano Moçambicano, sobretudo nas zonas

recônditas, mas que não surte qualquer efeito jurídico, por essa razão, o artigo 875º do Código Civil dispõe que o contrato de compra e venda de imóveis só é válido se for celebrado por escritura pública.

Nos termos do artigo 879º do Código Civil, a compra e venda tem como efeitos essenciais:

- a) A transmissão da propriedade da coisa ou da titularidade do direito.
- b) A obrigação de entregar a coisa.
- c) A obrigação de pagar o preço.

Refira-se que no acto da celebração do contrato de compra e venda podem ocorrer várias situações que podem interferir na sua eficácia jurídica, sendo as questões fora da vontade das partes, as que têm a ver com a vontade das partes e a actuação de má-fé. Contudo, a regra geral e de acordo com o artigo 762º do Código Civil, é que no cumprimento da obrigação, assim como no exercício do direito correspondente, devem as partes proceder de boa-fé, isto é, exige-se que as partes se comportem de forma correcta, clara, transparente, sem segundas intenções, não somente durante os preparativos, como também durante a formação e o cumprimento do contrato. "Ninguém pode beneficiar-se da própria falsidade". Significa transparência, ética. As partes têm que ser transparentes desde os preparativos até o cumprimento do contrato.

Resumindo, os factos aportados pela nossa correspondente apontam que o vendedor agiu de má-fé, pois, além de não ter observado o estipulado entre as partes, trilhou por via de consumo de bebidas alcoólicas, para

depois dirigir a viatura, sabendo que não podia fazê-lo, sendo razoável a sua penalização por não ter procedido a entrega da coisa, tomando em rigor o princípio que dá conta que o devedor cumpre a obrigação quando realiza a prestação a que está vinculado.

E, como pode-se observar, o vendedor não procedeu a entrega da coisa (viatura, incumprindo a obrigação que lhe foi imposta. Não só, é que o contrato compra e venda surte efeitos essenciais uma vez observados na íntegra o disposto pelo artigo 879º do Código Civil.

Quanto à causa da falta de cumprimento existem duas modalidades de não cumprimento: inimputável ao devedor e imputável ao devedor. Podem, as partes, optar por via da resolução, que consistem no acto de um dos contraentes dirigido à dissolução do vínculo contratual, em plena vigência deste, e que tende a colocar as partes na situação que teriam se o contrato não se houvesse celebrado

Por todo dito, a senhora Maimuna pode intentar uma Acção Ordinária Declarativa Condenatória pelo incumprimento do Contrato de Compra e Venda, solicitando ao tribunal para que condene o vendedor, (aqui é necessário destacar que se a condenação cingir-se nas características específicas, isto é, a cor, marca, matrícula da viatura supra citada, pode haver a extinção da obrigação porque a viatura já foi devorada pelo fogo). O mais razoável seria obrigar ao vendedor a reembolsar o dinheiro. Etc. Há outros advogados que optam por via de resolução judicial.

OPINIÃO



PEDRO FAELA (Mestre e Doutorando em Direito)
Pedrofaela@gmail.com

Nos dias que correm e com o advento das tecnologias de informação e comunicação, vulgo TIC, está ficando normal, principalmente para a chamada mente preguiçosa, copiar qualquer informação de um ponto e passá-la sem a devida análise ou depuração, ou seja, o famoso “copy and past” que até afecta o sector da produção de conhecimento e não só. Aliás, mesmo as práticas culturais são imitadas ou importadas, não em concurso de culturas, mas no pressuposto de que a cultura, X ou Y seja considerada melhor que a outra.

Destarte, parece ter virado normal que as pessoas vivam por imitação, mesmo sem elementos de sustentação, ou seja, em várias áreas, principalmente no mundo da moda, do show biz, e em outras áreas, basta imitar sem conceber ou trazer alguma novidade no que se produz ou se faz.

Até na forma de fazer cultura ou arte, seja na música ou outras formas, o comum é importar (cópia fiel) o já feito e deixa-se transparecer que a concepção é original (de quem copiou), enquanto na verdade é um copy and past, menos nada. Este pensar imita-

tivo é mais saliente na cultura, onde principalmente a nacional ou local tem sido deixada de lado em favor da ocidental (como a Paulina Chiziane tem se referido), onde se chega a confundir o que seja igual em relação ao semelhante ou mesmo ao diferente.

Sobre a igualdade, parece que é neste ponto onde o caldo fica entornado, pois, segundo a teoria de comparação, tem-se dito que se deve convocar primeiro o que é comum para depois se trazer o que é efectivamente diferente, não devendo esta ginástica ser feita em relação aos seres humanos, pois estes, conforme as escrituras sagradas, foram feitos à imagem e semelhança de Deus, não havendo, por isso, nenhuma necessidade de os diferenciar ou mesmo compará-los.

Ora, emerge da Lei Mãe, neste caso, a Constituição da República de Moçambique, concretamente no artigo 35, que “todos os indivíduos são iguais perante a lei, gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres, independentemente da cor, raça, sexo, origem étnica, lugar de nascimento, religião, grau de instrução, posição social, estado civil do país, profissão ou opção política”.

Outrossim, na mesma Constituição, o artigo 36, cuja epígrafe versa sobre a igualdade de género, refere que “O homem e a mulher são iguais perante a lei em todos os domínios da vida política, económica, social e cultural”.

Os pressupostos constitucionais

“

Ora, emerge da Lei Mãe, neste caso, a Constituição da República de Moçambique, concretamente no artigo 35, que “todos os indivíduos são iguais perante a lei, gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres, independentemente da cor, raça, sexo, origem étnica, lugar de nascimento, religião, grau de instrução, posição social, estado civil do país, profissão ou opção política”.

”

vêm mostrar claramente que, independentemente do que esteja ao redor do Homem, este é igual, seja ele do género masculino ou feminino, coisa que tem sido pontapeado a vários níveis, incluindo os que parecem ser defensores dessa mesma igualdade,

pois, a se criarem muitas correntes feministas, pode se estar a denotar que algo certo está errado.

Pois, embora a Constituição procure igualar o homem em relação à mulher em todas as vertentes, aliás, nem devia a Constituição se preocupar em igualá-los, pois, por serem seres humanos, pela sua génese deviam ser tratados de igual forma (até porque são iguais), contudo, parece que é a própria sociedade que não está a aceitar que os humanos são e sempre foram iguais, ou seja, que o homem é igual à mulher.

É a sociedade que, geralmente, procura fomentar discursos que acabam desembocando na ideia de que o homem e a mulher, embora iguais à luz da Constituição, não são iguais perante o olhar da sociedade, incluindo da própria família, ou seja, é a sociedade que vai criando fenómenos que procuram ou fazem entender que o homem e a mulher efectivamente não são iguais.

Na verdade, mesmo no seio familiar, ainda continua o estigma de preferência, por exemplo, no casamento, por filhos homens em detrimento de filhos mulheres, um entendimento que vingou no século passado (possivelmente continua vingando) em algumas comunidades, o de que a mulher, como irá casar e sair de casa dos seus progenitores (principalmente nas comunidades patrilineares), não deve gozar de muitos direitos, incluindo o direito de estudar, pois estar-se-ia

a preparar uma pessoa que futuramente vai fomentar o desenvolvimento de uma família estranha, neste caso a família do marido, em detrimento da família paterna.

Por muito tempo e em algumas comunidades (principalmente nas rurais) a filha devia ser cuidadora dos mais novos em auxílio da mãe, uma forma de aprendizado, pois é o que a espera assim que atingir a idade de casamento. Aliás, em algumas comunidades, em seguimento a certos ritos (podendo ser rituais), basta ter uma filha, esta é empenhada ou lhe preparado um marido, para que, quando atingir a puberdade, contraia matrimónio, geralmente, poligâmico, uma espécie de negócio em que as famílias com algumas posses concedem alguns recursos materiais e financeiros em troca de uma rapariga.

É diante destes fenómenos que se questiona até quando a igualdade de género será efectiva. Como fazer entender a sociedade e, principalmente, as famílias mais humildes (possivelmente vulneráveis ou menos alfabetizadas e despidas de alguns recursos), que as filhas são iguais aos filhos, não apenas perante a lei como também diante da própria natureza do Homem, não devendo ser a sociedade a diferenciá-los. Não pode fazer sentido que até os dias correntes a sociedade e a família continuem a ter dificuldades de perceber que o ser humano é constituído pelo mesmo material genético.

Pensamentos Que Não São Meus

“Igualdade de género, até quando!?”

Os Meus Rabiscos

Uma instituição chamada corrupção



ARCÉNIO MULHANGA (Jurista)
amulhanga@gmail.com

Em 2004 assistimos a um alvoroço institucional em todas dimensões, enquanto o legislador engajava-se na aprovação da Lei 6/2004, de 17 de Junho, que cria o Gabinete Central de Combate à Corrupção (GCCC). O executivo empenhava-se na construção de infra-estruturas, formação e selecção de recursos humanos para a guerra serrada contra a corrupção, uma herança da velha escola, que aos olhos de alguns ultrapassara os limites, embora para outros tratava-se Como se diz no popular ditado: quem semeia vento colhe a tempestade. Criava-se então o órgão mais esperado de todo os tempos, aliás, desde o princípio da jo-

vem nação moçambicana. Em júbilo celebrava-se a vitória antes de se entrar no próprio combate

A verdade, porém, mostrou ou mostra outra realidade, parece-me ser difícil combater a corrupção. Não estou aqui a querer menosprezar os esforços dos profissionais que entregam suas vidas para combater os corruptos. A corrupção em Moçambique já é uma contra-instituição institucionalizada, que mesmo diante dos guardiões da justiça ocorre perante o olhar impávido de quem devia, pela sua natureza de trabalho, tomar as devidas providências. A meu ver, ou eu é que não sei verdadeiramente qual a função do agente da polícia municipal quando faz-se às estradas. Posso estar equivocado, mas tenho a impressão de que estes agentes da polícia não agem sozinhos, não pode, aliás nem deve ser possível, talvez porque eu desloco-me por via de transporte

semi-colectivo, “o vulgo chapa cem” sou obrigado a assistir diariamente a esse cenário dramático que acontece numa normalidade assustadora.

Ao agir nestes moldes, faz-me crer que o Estado perdeu controlo dos seus agentes. Há uma pergunta essencial que não farei devido à dificuldade que tenho de formular uma resposta cabal em minha opinião, mas deixar de arriscar não vou: Afinal, que tipo de Estado queremos construir? Devo confessar que o ambiente não é agradável.

Como escrevi num texto publicado no ano passado, volto aqui a ressaltar, parece que o único papel da polícia municipal é recolher dinheiro de “chapeiros” e mais nada! Ora, diante deste panorama todo há uma pergunta também fundamental, a meu ver na qualidade de cidadão: quem é o responsável nessas cobranças ilícitas, o motorista ou o próprio agente da polícia municipal, e por que não o próprio

Estado, pelo facto de não prover os serviços básicos de transporte de pessoas e bens, o que permite que transportadores privados, mesmo sem condições, fazem para suprir a falta do Estado? É doloroso a polícia municipal fiscalizar os mesmos carros todos os dias. Mas os mesmos carros têm os mesmos problemas todos os dias. Outra pergunta que não quer se calar é: será que o presidente do município não sabe deste facto ou por que é a nova forma de ser e estar? Onde está o Gabinete de Combate à Corrupção que foi jubilado na sua criação? No Benfica, logo depois da paragem bem ao lado do Tribunal Judicial de KaMubukwana, tem estado, aliás, deve ser uma brigada fixa dos agentes da polícia municipal a recolhem o dinheiro dos “chapeiros” ao lado do tribunal! Haja coragem. Como diz um amigo, se não há respeito pelas leis, que haja pelo menos medo pelas nossas leis. Já é de-

mais, assim já não dá...! “O que sei é que mesmo que o leão tenha sido ferido nunca brinque de pôr a mão na sua boca”.

A corrupção já é uma contra-instituição institucionalizada. A prática de actos de corrupção não é vista como um mal, o mal é praticar e ser descoberto e, conseqüentemente, ser arrastado pela justiça. Se falo dos agentes da polícia municipal é apenas um exemplo, isso acontece em todas as instituições, quer privadas, quer do Estado, mesmo a própria igreja não foge à regra, de baixo para cima e vice-versa. E se de facto praticar o mal é pecado e quem peca o seu destino é o inferno, como propalam os cristãos, os corruptos irão ao inferno, aliás devo dizer que os corruptos são a encarnação do próprio inferno, se existir claro, já que a sua existência nunca foi provada. Talvez seja por isso que a corrupção é normalizada e os seus praticantes são na sua maioria impunes.

ATALIA CAVELE

Email: caveleataliasilva@gmail.com

Processos eleitorais no adro

Inclusão junta jovens partidários

Com efeito, os jovens dos três partidos deixaram as diferenças que lhes separam para, em conjunto, procuraram soluções perante os desafios que enfrentam, como por exemplo, a falta de formação para a sua maior inclusão nos processos eleitorais, tendo em conta a realização ainda este ano das sétimas eleições gerais.

A reunião de reflexão entre os jovens foi organizado pelo Fórum Interpartidário de Jovens (FIJ), e a iniciativa surge no âmbito da preparação das eleições de Outubro próximo, referentes à eleição do próximo presidente da República para um mandato de cinco anos.

Tendo como tema, estratégias para maior envolvimento dos jovens em processos eleitorais, o evento contou com a presença dos órgãos de gestão eleitoral (OGE) e outros actores da vida jovem.

O FIJ é uma plataforma que integra as ligas/organizações juvenis dos partidos políticos com assento parlamentar (FRELIMO, RENAMO e MDM), criada no ano passado, para servir de espaço de aprendizagem, consultas e troca de experiências entre jovens sobre os

A busca pela uma maior inclusão nos processos eleitorais foi objecto de reflexão, que reuniu, na capital moçambicana, jovens dos três principais partidos políticos do país, com assento no parlamento moçambicano. Trata-se de membros da Organização da Juventude Moçambicana (OJM), também conhecida como braço juvenil da FRELIMO e as ligas Juvenis da Renamo e do MDM que, recentemente, estiveram reunidos para debater sobre a inclusão da juventude nos processos eleitorais

violência eleitoral no nosso país, e, muitas vezes, cada força política sente-se vítima da outra força política”, frisou.

“O nosso entendimento é que o FIJ pode perfeitamente debelar esta percepção de que a juventude da RENAMO é inimiga da Juventude da FRELIMO, ou do MDM”, considerou.

Apesar das convicções políticas e ideológicas de cada uma das organizações, o presidente do FIJ diz que existe na juventude moçambicana uma vontade incomensurável de ser construtora de uma geração livre de violência e que vai marcar uma etapa no país, construindo um legado que vai ser seguido pelos jovens das gera-

JUVENTUDE COMO PRIORIDADE DA FRELIMO

Por outro lado, o representante da FRELIMO, Francisco Chavel, disse que o partido prioriza a juventude, pois é a juventude que libertou a pátria, a terra e os homens proclamando a independência total e completa de Moçambique em 1975. Presentemente – acrescenta – são os jovens que abandonam seus lugares de conforto para se entregarem na defesa da pátria, combatendo o terrorismo, em Cabo-Delgado.

“A FRELIMO em todos os órgãos tem uma percentagem reservada para a juventude, a partir de Assem-

propostas.

“Ao nível do Conselho Nacional, também temos muitos jovens provenientes de várias províncias”, referiu.

Apontou ainda que há jovens na liderança autárquica, destacando, por exemplo, as autarquias de Vilanculos e de Alto Molócué, actualmente lideradas por jovens.

“São jovens que não têm acima dos 30 anos de idade”, disse Magaule, para quem isso “significa um ganho que a RENAMO tem com a juventude e a juventude também sente que tem com a RENAMO”.

INVESTIMENTO NOS JOVENS

deste movimento de capacitação é de um dia o jovem tomar o poder”, frisou.

De acordo com aquele político, os jovens constituem a faixa etária mais enérgica e é o ponto mais alto das energias, sejam físicas ou mentais para diversas conquistas, sendo, no seu entender, importante que o recurso juvenil seja melhor aproveitado.

DEFESA DA PÁTRIA

Já o secretário-geral da OJM, Silva Livone, intervindo na ocasião, destacou a necessidade de os jovens desenvolverem espírito de patriotismo, mentalidade de defender o país face à insurgência em Cabo Delgado.

“Os jovens é que devem defender o país, mas combater o terrorismo não significa só pegarmos em armas e avançarmos, portanto, mesmo estando num outro canto do país, podemos combater o terrorismo, [mas] a mu-



desafios comuns e estratégias de superação.

Discursando no evento, Renato Mulenga, presidente do FIJ, disse que o fórum é precisamente para os três principais partidos, através das suas organizações juvenis, servirem de plataforma de envolvimento de mais jovens para estimular a participação nos eventos políticos do país.

Segundo constata, os jovens tem vindo a perder interesse pelos processos políticos deste país. A este propósito, os três braços juvenis acreditam que a unificação pode ser um elemento mobilizador para o jovem contribuir no desenvolvimento do país.

“Um elemento que também julgamos importante é que por muitos e longos anos de experiência política e participação nos processos eleitorais, os jovens têm aparecido como principal rosto da

ções futuras.

Segundo Renato Mulenga, desde o começo, o FIJ tem contado com a participação de jovens provenientes das organizações da sociedade civil, o que indica que não se limita a trabalhar com jovens dos partidos políticos na construção democrática do país.

Avançou ainda que desde a criação do FIJ, já se levaram a cabo várias actividades com destaque para a assinatura do memorando de entendimento que aproximou as lideranças das organizações juvenis, bem como os representantes dos partidos políticos.

Por conseguinte, “foi também criado um vídeo apelativo à participação eleitoral de todos os jovens no processo de recenseamento e a não-violência, isto no processo eleitoral passado”, revelou.

bleia Municipal, Assembleia Provincial, Assembleia da República, estão garantidos os 22% para esta camada”, avançou Chavel para depois acrescentar que “os jovens constituem um futuro brilhante no nosso país, e, por isso, de viva voz, depositamos toda a confiança na nossa juventude e encorajamos os jovens para que prossigam, pois o futuro lhes pertence”.

JOVENS NA LIDERANÇA

Por outro lado, o representante da RENAMO, Augusto Magaule, observou que, desde 2019, o seu partido passou a incluir nos seus estatutos, o princípio de que a Liga da Juventude, através dos seus presidentes, tivesse assento perante as comissões políticas do partido, onde devem ter espaço para expor os seus pontos de vista e

O representante do MDM, Augusto Bando, diz que a falta de investimento na juventude é uma falha estratégica grave. Por isso, explica que o investimento nos jovens tem sido apanágio para o MDM, que quer colocar a juventude em todos os processos de tomada de decisões.

“A nossa cota de participação juvenil no partido é de 30%, assim como para as mulheres, e isso mostra claramente a nossa preocupação, mas nós estamos focados naquilo que achamos muito essencial, que é a questão da capacitação destes jovens, para a promoção da sua inclusão”, assinalou.

No entanto, o desafio nesta perspectiva ainda é maior. Salienta, por isso, a necessidade de se criar condições para que estes jovens possam efectivamente assumir o poder. “Aliás, penso que o objectivo central

dança de mentalidade e de comportamento para nós os jovens é essencial”, reiterou Livone, explicando que os jovens não devem temer perante a intensificação das incursões terroristas.

Manifestou ainda o desejo de ver o Fórum a crescer, pois é um sonho que iniciamos no ano passado e tem tido muita força das ligas Juvenis dos partidos políticos com assento no parlamento.

“Recentemente, tivemos um jogo amigável com a liga da juventude da RENAMO no distrito de Caia, para dizer que isso é um símbolo de união que temos construído”, referiu.

O líder da Liga Juvenil da Renamo, Ivan Mazanga, manifestou o mesmo sentimento e disse que gostaria de ver definitivamente o fim da violência interpartidária nos períodos eleitorais.

NACIONAL

Manhique reforça sua governação

A composição da pirâmide governativa de Rасаque Manhique, presidente do Conselho Municipal da Cidade de Maputo (CMCM), está mais reforçada, com a investidura de cinco novos gestores, que se juntam a outros quadros recentemente designados para as vereações municipais, incluindo os administradores para os sete distritos da mais importante autarquia do país.

EDVIGE CHISSUMBA

Email: edvige19chissumba@gmail.com

Trata-se do vereador das Infra-estruturas e Salubridade, João Munguambe (um quadro competente, que chegou a assumir o cargo de director de divisão de infra-estruturas no Instituto Nacional de Desenvolvimento e Gestão de Infra-estruturas Pesqueiras), Eudides Rangel, secretário municipal, Eudes Vilanculos ao cargo de director do Gabinete de Comunicação e Imagem e Henriqueta Lidia Boaventura, como secretária particular.

Dos empossados, como advertiu o edil Manhique, esperam-se novas perspectivas, em termos de planos e acções, para impulsionar o desenvolvimento municipal.

Mais ainda, o edil disse esperar muito empenho e dedicação dos empossados, “consolidando as acções que temos levado a cabo no sentido de melhorar cada vez mais a qualidade de vida dos cidadãos residentes neste município”.

De forma específica, o edil afirma que se espera do vereador João Munguambe um trabalho que tenha como prioridade as manutenções com base numa rotina periódica da rede viária do município com principal ênfase para as estradas pavimentadas e terraplanadas de modo a melhorar suas condições de mobilidade e acessibilidade nos bairros, na cidade, assim como ao nível da região metropolitana de Maputo.

Ainda ao vereador Munguambe, o chefe do executivo municipal diz esperar que lidere o processo de abertura de novas vias principais secundárias ao nível dos distritos, permitindo interligação entre os bairros, melhorando a mobilidade, segurança e transitabilidade urbana.

Espera ainda que este vereador “construa e reabilite as principais vias ao nível dos distritos municipais, incluindo o sistema de saneamento e drenagem e requalificação de algumas delas com vista a melhorar a geração do tráfego rodoviário”.

Em relação aos sistemas de saneamento e drenagem, Rасаque destacou alguns pontos que serão mexidos de modo a melhorar a questão serviços fundamentais para o desenvolvimento da nossa bela, admirável e organizada cidade.



“O vereador das infra-estruturas e salubridade deve melhorar a qualidade e aumentar a cobertura de sistemas de saneamento e drenagem ao nível do município, com destaque para o distrito municipal KaMpfumo, na rua do Flamingo, Coop e Zona Militar, entre outras zonas.

“No distrito municipal KaMavota, devem ser revistas as ruas dos CFM, Complexo Hulene, construção de gaviões nas áreas agrícolas entre outras. No KaMubukwana, devem ser revistas as ruas Alberto Chipande, Mabor e cooperativas. No distrito municipal KaTembe, o vereador deve olhar para pavimentação do troço de centro de saúde de Incassane ao cemitério, subida de Chamissava e aldeia e o troço que parte do centro de saúde de KaTembe até à escola Lewi Petrosse. Por fim, no KaNyaka deve-se implementar o plano de urbanização da ilha, pavimentar a rua que sai da administração até ao aeródromo para além de garantir a manutenção da rua Ridjwene”, ordenou.

Quanto ao novo secretário municipal, o edil espera que este assegure o funcionamento das sessões do conselho municipal, devendo organizar apoio logístico ao conselho municipal e ao conselho consultivo, assegurar a tramitação de documentos entre o Conselho Municipal, Assembleia Municipal, Conselho Consultivo e entre outras instituições públicas.

Falou também da direcção do gabinete jurídico, que terá que prestar apoio ao presidente e às unidades orgânicas do Conselho Municipal, assegurar a legalidade dos actos administrativos do Conselho Municipal, assegurar gestão do contencioso do Conselho Municipal, assegurar o cumprimento de políticas normas e procedimentos em vigor no município.

Ao director do Gabinete de Comunicação e Imagem, o executivo da autarquia de Maputo espera que coordene, conceba e execute acções de comunicação entre o Conselho Municipal, municípios, empresas, organizações da sociedade civil e personalidades, de acordo

com a política do Conselho Municipal e manter actualizado e implementar planos de comunicação interna e externa.

Enão menos importante, o Presidente conta com uma secretária particular, Henriqueta Boaventura, de quem espera o profissionalismo e entrega ao trabalho, eficácia e eficiência na tramitação de documentos de modo que os despachos necessários sejam feitos com a qualidade desejada.

“A secretária particular não deve bloquear a comunicação entre o presidente do Conselho Municipal e os funcionários, deve, sim, criar condições para que o funcionário esteja cada vez próximo a direcção do Conselho Municipal”, exortou.

COBRANÇA DE IMPOSTOS

Durante a cerimónia, Rасаque contestou a ideia de cobrança de altos valores para a construção de um edifício municipal para a cobrança de impostos municipais, chamando atenção aos empreiteiros para não entrarem nessas jogadas e exigências de altos valores para edifícios que não requerem a metade do que é cobrado.

“Lança-se um concurso para a construção de uma dependência de dois ou três compartimentos para a cobrança de impostos, taxas e outros serviços públicos, adjudica-se este concurso com valores altíssimos, e tomamo-nos ridículos porque depois circula nas redes sociais”, contempla.

Com tanta insatisfação perante a situação ridícula que o Conselho Municipal terá enfrentado, exemplifica, “você próprio para contruir a dependência da sua casa não gastou 18 milhões, mas o Estado deve pagar 18 milhões para construir uma dependência de dois ou três compartimentos para cobrança de impostos. É ridículo, não gostaríamos de ver isso nas redes sociais e órgãos de comunicação, é feio fazer isso”.

CIDADE DE REFERÊNCIA

Manhique deseja que a Cidade de Maputo seja exemplar e que os outros municípios a tomem como base para edificação, beleza e crescimento dos seus municípios. Deste modo, convida não só os vereadores empossados e outros dirigentes, mas todos cidadãos a adoptarem medidas de modo a melhorarem a qualidade da Cidade das Acácias.

Para os vereadores, “devemos encontrar soluções flexíveis para a limpeza da nossa cidade, estamos na capital. O cidadão paga, através de facturas de consumo de energia, a taxa de lixo, essa mesma taxa deve reverter-se a favor da melhoria de qualidade de vida do cidadão”, sugeriu, almejando que a limpeza da cidade deixe de ser um plano e se torne tarefa diária.

Há necessidade de respeitar o cidadão e agir de modo que em percentagem maior o benefício recaia sob o cidadão, sem destruir as vias públicas e recolocar os pavimentos após qualquer construção, havendo necessidade de a autoridade municipal ser rigorosa com todos aqueles que abrem os passeios, vias e montam o que desejam e seguem

sem reorganizar, prejudicando a mobilidade e criando perigo para os peões.

“Temos visto na zona de cimento da nossa cidade e não só, intervenções de empresas que prestam serviços em lugares onde temos as nossas vias e passeios destruídos. É importante que sejamos rigorosos, porque os provedores de tais serviços muitas vezes querem instalar cabos, e como será investimento para a empresa, rebentam passeios colocam cabos para melhorar serviços que prestam ao cidadão, terminam o trabalho e deixam a via completamente destruída

SILO AUTO DO MERCADO CENTRAL

Em relação ao novo edifício do Silo Auto do Mercado Central inaugurado pelo antigo presidente do Conselho Municipal de Maputo, Eneas Comiche, que conta com três pisos, com capacidade para o estacionamento de 440 viaturas, mais de 300 bancas e nove lojas, Manhique garantiu que está no processo de organização.

COBRANÇAS ILÍCITAS NOS TRANSPORTES

Queixas são feitas, comentários são feitos no meio de cobranças de valores que caem nos bolsos dos polícias, sem serem justificados. A este propósito, Rасаque exige que os transportadores denunciem modo a combater a corrupção.

“Se um agente exige dinheiro para meter nos seus bolsos, isso significa que há corrupção, e para estes casos as entidades competentes dão o devido tratamento. Não se deve cobrar dinheiro a ninguém, quem cobra taxas e impostos é a autoridade municipal, e se esses valores que estão a ser cobrados, sejam taxas ou algum imposto, está correcto, agora se é um valor que está a ser cobrado sem clareza sobre o seu destino estamos perante corrupção”, afirmou.

Para megaprojectos

Parceria Mozal-Gapi exemplo de responsabilidade social

Mais de 24 jovens iniciaram, recentemente, a sua preparação para se candidatarem a um financiamento do projecto Nhluvuko, financiado pela Mozal e gerido pela Gapi-SI. Com efeito, no dia 15 de Fevereiro passado, foram concedidos os primeiros cinco créditos que variam entre 250 mil e um milhão de meticais.

No acto de entrega dos financiamentos, a directora da Gapi, Anabela

Mucavele, disse que “os frutos desta parceria, entre uma multinacional ci-

ente das suas responsabilidades sociais corporativas e uma instituição financeira de desenvolvimento nacional, servem de exemplo sobre como o sector privado pode liderar os processos de desenvolvimento e complementar os esforços do Governo, rumo ao alcance dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável” ➤

Em Manica

Criminosos desafiam Procuradoria-Geral da República

-A PGR repudia os ataques e encoraja os magistrados a não se permitirem intimidar e a continuarem firmes na sua missão

A província de Manica está a ser palco de fenómenos insólitos com requintes de intimidação contra os magistrados do Ministério Público e uma afronta à administração da justiça no seu todo. Primeiro, em 2023, os criminosos invadiram o condomínio de magistrados e saquearam bens diversos, e agora, em 2024, protagonizaram só em Fevereiro passado, três acções estranhas que colocam em causa a segurança dos magistrados, a integridade e, principalmente, à prova a Procuradoria-Geral da República (PGR).



que trabalha em turnos, conseguiram travar o assalto a um dos locais que, teoricamente, pode ser considerado um dos mais seguros.

Ainda em Fevereiro findo, no dia 29, foi igualmente registado um outro caso contra os procuradores. Trata-se de indivíduos até aqui desconhecidos

que incendiaram a residência oficial do procurador distrital em Manica.

"Malfeitores, até agora não identificados, fizeram-se presentes neste local, entraram pela parte traseira da residência, na porta que dá acesso à cozinha e traziam consigo um recipiente contendo gasolina. Regaram a porta e

incendiaram", denunciou o procurador-chefe distrital, Abílio Cabral Guilima, que está em Manica há sete meses.

Entretanto, depois do incidente de quinta-feira, Guilima, disse que suspeita que poderá haver intenção de "intimidar" os magistrados devido a alguns processos em curso.

Na terça-feira passada, a cidade de Chimoio acompanhou também um caso insólito, no qual, desconhecidos terão também tentado, sem sucesso, roubar a viatura do director dos Serviços de Informação e Segurança do Estado (SISE) da cidade de Chimoio.

PGR REPUDIA ATAQUES

Em comunicado de imprensa emitido na sexta-feira, a PGR fez saber que as instalações e residências dos magistrados do Ministério Público em exercício de funções na província de Manica têm sido alvos de ataques por indivíduos ainda desconhecidos, através da destruição e vandalização de infra-estruturas, onde são subtraídos bens, processos e demais equipamentos apreendidos em sede da instrução.

Segundo a PGR, no período de Setembro de 2023 e Fevereiro de 2024, foram vandalizadas residências de magistrados e as instalações do Gabinete Provincial de Combate à Corrupção de Manica e a Procuradoria da República da idade de Chimoio.

A PGR classifica os actos como sendo afronta à administração da justiça, pelo facto de colocarem em causa os fundamentos do Estado de Direito Democrático e fragilizar as acções das instituições da justiça que são bastião dos cidadãos na busca de soluções para as suas disputas.

Nesse contexto, "a PGR repudia os ataques e encoraja os magistrados a não se deixarem intimidar e a continuarem firmes na sua missão", sublinha no comunicado de imprensa.

Entretanto, a PGR garante que juntamente com as entidades competentes, está a encetar diligências com vista à identificação e responsabilização dos autores.

O condomínio, constituído por 12 residências, foi erguido com o objectivo de conferir maior dignidade e segurança aos procuradores.

Mas este acontecimento provou o contrário, como elucida a ousadia dos criminosos, que assaltaram, na primeira semana de Fevereiro, a Procuradoria da Cidade de Chimoio, onde roubaram o computador do procurador-chefe, telemóvel e *pen drive* com informação classificada.

Na altura, Remigy Guiamba, procurador-chefe de Chimoio, afirmou que "um processo tem a ver com rapto, outro trata de burla relativa a emprego. Temos muitos processos de burla relativos a emprego, ligados a promessas de emprego na PRM. Não é um nem são dois. São vários".

Não tendo conseguido os processos, explicou o magistrado, os mesmos bandidos roubaram alguns bens.

"Constatámos que tinha desaparecido um computador portátil do meu gabinete, e o respectivo carregador, um *pen drive* e um telemóvel danificado que estava aqui e já não o usávamos", contou.

Adicionalmente, os bandidos elegeram como seu alvo, o Gabinete Provincial de Combate à Corrupção de Manica, onde subtraíram alguns processos-crime.

Acredita-se que um dos autores deste último acontecimento tenha sido um agente da Polícia da República de Moçambique (PRM) em conluio com um militar.

Misteriosamente, nem os agentes da PRM, nem a segurança privada,

◀ No âmbito da sua responsabilidade social e corporativa, a Mozal apostou numa parceria com a Gapi que, como instituição financeira de desenvolvimento supervisionada pelo Banco de Moçambique, combina serviços de capacitação em negócios com a concessão de financiamentos e gestão de carteiras de crédito.

Ambas as instituições trabalharam no desenho do projecto. A sua duração está prevista para um período de cinco anos, abrangendo os distritos de Matola-Rio e Boane e investindo cerca de 800 mil dólares em 165 a 170 pequenas empresas de jovens.

"Os créditos são concedidos a uma taxa de juros de 1% ao mês e são precedidos de acções de formação, capacitação e assistência técnica em matérias de gestão de negócios, de modo a torná-los mais produtivos e sustentáveis" – esclareceu a coordenadora do projecto, Edwina Ferro.

A metodologia de implementação do projecto tem uma forte componente de envolvimento das comunidades da região abrangida. Nesse sentido, uma das gestoras da equipe da Gapi que implementa o projecto, Ashley Massingue, informou que "são realizadas reuniões nos bairros para esclarecer sobre o projecto e informar os jovens interessados em melhorarem suas vidas e seus negócios". Desde o iní-



cio do projecto, em Setembro de 2023, já foram abrangidos 43 bairros nestes dois distritos, recebendo cerca de 2600 inscrições de potenciais interessados.

"O processo inclui registo digitalizado dessas inscrições e, de seguida, a selecção envolvendo entrevistas. É um processo de selecção para identificar os candidatos com maior potencial e mentalidade empreendedora. Os seleccionados passam por uma fase de capacitação de uma semana. No primeiro ciclo, foram seleccionados 50 e neste segundo ciclo já estão seleccionados outros 24", adiantou a coordenadora do projecto.

"Para se tomarem elegíveis a um financiamento, a Gapi não prioriza garantias reais por parte destes proponentes e start-ups, mas sim o seu carácter e qualidade da proposta de negócio. Mas, no processo de capacitação, eles ficam advertidos que receber um crédito é uma responsabilidade legal. A filosofia da Gapi é inserida neste

projecto é focada na necessidade de criar empresários com sentido de responsabilidade e não simples receptores de donativos", concluiu Edwina.

Presidindo à cerimónia de entrega dos primeiros financiamentos, no dia 15 de Fevereiro, Manuel Simão Tule, governador da província de Maputo, enalteceu esta parceria, afirmando que "projectos desta natureza satisfazem-nos porque respondem aos nossos esforços como Governo Provincial, no sentido de estimular e dar valor ao conteúdo local, como instrumento de promoção da competitividade das MPME, capacitação e certificação de processos e produtos e aumento da proporção do uso da matéria-prima local".

Por seu turno, Samuel Samo Gudo, PCA da Mozal, disse que a sua empresa "acredita que o desenvolvimento de MPME constitui um dos pilares-chave para a melhoria da qualidade de vida das nossas comunidades, através do crescimento da economia local, tor-

CENTRAIS

Transporte escolar:

Um martírio para crianças

- Componente inspectiva faz falta aos operadores de carrinhas escolares para melhor prestação do serviço

O transporte escolar, em franco crescimento nos maiores centros urbanos e peri-urbanos do país, onde é usado como um dos meios mais adequados para levar crianças de casa à escola e da escola para casa, é, ultimamente, visto como um antro de problemas que afectam directamente às crianças, devido à falta da componente de inspecção para fiscalizar o serviço. Problemas como a poluição sonora e a malvez de alguns motoristas, que fazem uma condução imprudente e irresponsável são uma minúscula dimensão das situações que põem em risco a vida das crianças ao longo do seu percurso.

EDVIGE CHISSUMBA

Email: edvige19chissumba@gmail.com

O martírio que as crianças sofrem – na sua maioria frequentando entre primeira e sétima classe – não só durante o percurso, como também ao longo do tempo em aguardam pela chegada dos transportadores para lhes recolherem de volta às suas casas, é desgastante. O mais preocupante ainda é que este intervalo de espera não é, geralmente, aproveitado com aulas extracurriculares ou outras actividades educativas, mas, isso sim, dedicado a actividades que nada acrescentam na formação dos futuros cidadãos.

E a caminho de casa, são sujeitas a uma infinidade de voltas por quase todos os labirintos suburbanos, chegando completamente fatigadas, sem outra vontade, a não ser a de irem se atirar na cama como se de seres inanimados se tratasse, envolvendo-se num sono profundo, sem que os seus progenitores se dêem conta do que se tenha passado com os filhos ao longo do dia. A eles (pais) interessa apenas o pagamento a taxa mensal de transporte.

A propósito destas e outras situações que marcam o quotidiano do sector de transporte escolar, o PÚBLICO ouviu, nas cidades de Maputo e Matola, vários actores, entre motoristas, pais e encarregados de educação, incluindo gestores escolares, para saber mais sobre as condições em que as crianças têm sido transportadas em carrinhas escolares.

PRIORIDADE NÚMERO UM

Amonick Zandamela, 26 anos de idade, é motorista há seis anos, transportando crianças da cidade da Matola à cidade de Maputo. Reside no bairro Santa Isabel e conta como têm sido o seu dia-a-dia ao volante trans-



portando a pequenada.

“Toda manhã, por volta das quatro horas, quando pego no volante, sinto uma enorme responsabilidade. São vidas que estão confiadas a mim para levá-las com segurança às suas instituições de ensino. Por isso, exijo do meu patrão a manutenção da carrinha, e eu, como motorista, com as normas de segurança no trânsito. Refiro-me ao cumprimento da velocidade e das condições em que as crianças devem viajar, como, por exemplo, verificar se as janelas estão fechadas para que não viajem com as mãos fora do carro”.

Segundo explicou, geralmente, leva, em cada banco, entre cinco e seis crianças, pelo que os cintos de segurança disponíveis no seu veículo não garantem suficientemente a segurança de todas as crianças

No princípio – acrescenta – recolhia as crianças, sozinho, instruí-as a não manterem as janelas da viatura abertas, sob o risco de se projectarem para fora ou se descontrolarem e largarem seus bens fora do carro.

Contudo, a complexidade do comportamento das crianças – nomeadamente a sua curiosidade e capacidade cognitiva – suscitou nele a necessidade de arranjar um ajudante para prestar a atenção no movimento das crianças enquanto ele conduz. Estabeleceu – explica – uma relação de confiança com os pais, comunicando regularmente com eles sobre qualquer preocupação ou alteração no percurso e sobre o comportamento de cada criança.

Muitas vezes, a urgência de deixar crianças de um turno e levar as de

outro tem-lhe forçado a largá-las nas imediações das suas casas. Mas, mesmo assim, o motorista cumpre as mínimas condições de segurança exigidas. “Quando chegamos, buzinaamos chamando as secretárias ou os seguranças domésticos. E enquanto estes saem, a criança desce e nós manobramos e avançamos, isso depois de garantirmos que alguém saiu para receber a criança”, esclarece.

CUMPRIMENTO DE HORÁRIOS

Já Cláudio Matlhombe, condutor do Doppe Muzik, nome que ele grafou na sua carrinha escolar, para lhe conferir um rótulo de singularidade e especialidade, diz que exerce a actividade há oito longos anos, cumprindo uma rota que parte Khongolote, passando por Ndavela, T3, Jardim, desaguando na cidade de Maputo.

Diferentemente da jornada de Amonick Zandamela, a de Cláudio Matlhombe inicia uma hora antes, isto é, às três horas de madrugada. “Levo a primeira criança às 04:15 minutos e termino a minha recolha às cinco horas e 50 minutos. Chego à cidade de Maputo às seis horas e 10 minutos e termino de descarregar as crianças às sete horas. Regresso a casa às 08 horas, tomo um pequeno-almoço e às 09 horas retomo a recolha das crianças que entram às 12 horas, e até às 10 horas e 50 minutos termino a recolha. Chego à cidade às 11 horas, termino de descarregar às 12 horas, e na mesma hora começo a recolher as crianças que entram de manhã, começo a

descarregar às 13 horas e 30 minutos e termino às 14 horas e 40 minutos. Vou a casa para repousar, para às 16 horas e 30 minutos retomar ao meu serviço, indo novamente à cidade recolher as crianças que entraram às 12 horas. Chego em Khongolote às 18 horas e 40 minutos e termino de descarregar às 20 horas”, explicou.

Para Cláudio, o controle das crianças têm sido simples porque têm um acompanhante pra ajudar. Este acompanhante organiza e auxilia os mais novos que não conseguem carregar as suas pastas.

Não só – explica – o transporte conta igualmente com alunos do ensino secundário, que se distribuem em bancos e auxiliam involuntariamente



no controle e posterior segurança das crianças.

De poucas palavras, Matlhombe insta aos outros condutores a tomarem medidas e cautela em relação às crianças para não sofrerem eventuais acidentes durante as suas viagens.

GANÂNCIA RESULTOU EM ACIDENTE

Gervásio Macaringue – nome fictício de outro transportador escolar que pediu anonimato – narrou episódios de má condução e insegurança movidas pela ganância e urgência na recolha e distribuição das crianças.

Um destes episódios aconteceu com ele. Num belo dia – conta – no cumprimento da sua trajectória diária de carregamento e distribuição das crianças, achou por bem largar a criança numa paragem, como o fazia, aliás, de costume, para poder ganhar o tempo de descarregar outras crianças. Para a sua má sina, a criança foi atropelada, tendo-lhe sido arrancada a carta de condução pelo agente de trânsito que se encontrava nas proximidades do lo-

cal onde o episódio aconteceu. Além da retirada da sua carta de condução, o motorista foi, segundo manda a lei, impedido de conduzir durante um ano.

Vendo-se naquela contingência, o motorista pediu que um dos seus colegas recolhesse as crianças sob a sua responsabilidade para as suas casas, mantendo uma comunicação com os respectivos pais para lhes por a par do que havia acontecido e em que situação os seus filhos de encontravam. Mas em condições normais este processo passagem de crianças de uma carrinha para a outra é “normal” e é chamado processo de “troca”, tendo como finalidade flexibilizar o trabalho. Chamam este processo de “Troca”.

“Quando olho para trás e reflecto sobre minhas acções como motorista, reconheço, com profunda dor, pesar e arrependimento que não dei prioridade aos aspectos de segurança das crianças que estavam sob minha responsabilidade. O meu desleixo e irresponsabilidade são imperdoáveis”, autocríticou-se.

Um ano depois as coisas mudaram, pois sentiu na pele o que é ficar sem emprego em meio a tanta fome e carência de alimentos por parte de muitas famílias, espera que o seu compromisso sincero com a mudança e a melhoria possa, pelo menos, começar a reparar parte do dano que causou.

Depois daquele fatídico acontecimento, Macaringue passou a assumir o volante tendo em mente a responsabilidade pela vida e bem-estar dos seus passageiros.

“Hoje sigo à risca todas as precauções necessárias para garantir a segurança das crianças. Acima de tudo, cultivo uma mentalidade de responsabilidade e cuidado em relação às crianças”, afirma.

“Chego na escola 10 minutos antes do toque, garanto que as cadeiras estão bem colocadas e limpas, tiro as crianças do portão da escola até ao local onde o carro fica estacionado, porque existem escolas que não permitem a entrada de transportes escolares, organizo as crianças para que elas se sintam à vontade e não fiquem apertadas, cabendo no máximo cinco crianças por cada banco”, explicou.

PROBLEMA FORA DA GESTÃO ESCOLAR

A directora da Escola Primária 3 de Fevereiro, Custódia Zucula, olha para o controle das crianças no transporte escolar como uma situação difícil que esta além da gestão escolar. Pois a criança enquanto está na escola, ►

« está em segurança, mas na hora de recolher para casa, torna-se difícil fazer o controlo no interior dos transportes.

“Os pais fazem contratos com diferentes transportadores e a escola não tem a relação com os transportadores e nem com o grupo de crianças que esses transportadores vão levar, então, quando os motoristas chegam recolhem as crianças nas salas e os professores abrem as portas para elas saírem, sobretudo quando os transportadores chegam faltando apenas cinco minutos”, explica. Mas, nestes casos, – revela – os professores só deixam as crianças saírem depois de perguntar se a criança conhece ou não o motorista.

“Numa das vezes, falava na reunião de abertura que talvez existisse um outro mecanismo para que as escolas pudessem ter controlo dos transportadores. Por exemplo, a Associação dos Transportadores podia muito bem inscrever os transportadores das carinhas escolares, e fornecer a informação das chapas de matrícula pertencente ao transportes e o nome dos motoristas”, propôs.

rança das crianças, gerir a questão das carinhas, é complicado”, reconheceu.

“Há necessidade de o Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano, Ministério dos Transportes e Comunicações e a Associação dos Transportes Escolares desenharem estratégias que possam ajudar na gestão da segurança dos alunos que usufruem desses transportes escolares”, sintetizou.

BAIXO DESEMPENHO VERSUS PÁIS IRRESPONSÁVEIS

Quanto ao atraso dos alunos na escola, Zucula afirma que são normais, pois já normalizaram a questão que não devia ser normalizada. “Os pais não são sérios, eles sabem que a carinha passa às 11 horas e até essa hora a criança ainda não tomou banho. O motorista é brigado a esperar enquanto trás outras crianças no carro e, conseqüentemente, todas as crianças atrasam”, explicou.

Existem situações em que a criança é esquecida podendo ser levada uma hora depois senão duas, influenciando

na Escola Primária 3 de Fevereiro, passa quantas instituições em que poderia estudar”. “Infelizmente, a vida dos pais é uma correria, o que faz com que não cuidem adequadamente de seus filhos”, lamenta, exortando os pais a tomarem em consideração que todas as escolas são iguais, os professores que ensinam na 3 de Fevereiro são formados da mesma forma que os professores Escola Primária (EPC) de Laulane e de Magoanine.

“As crianças que vêm à tarde até às 14 horas já não estão para o ensino, estão cansadas e a dormir, o mesmo acontece com as crianças do turno da manhã, acordam às quatro horas e até às oito horas e 30 minutos estão sonolentas na sala de aula. Para as crianças que acabam ficando na escola por muito tempo, as aulas extras dependeriam do aumento de salas de aula ou da capacitação das instalações, porque quando um turno sai, recebemos outro, e todas as salas ficam ocupadas, quanto aos professores alguns entram, outros saem”, observou.

POLÍCIA EM PRONTIDÃO

boa relação com os polícias pois o comando está próximo da instituição e estes tentam assegurar as crianças e não permitem a saída das mesmas sem motivo plausível.

“Sensibilizamos não só os pais, como também as crianças elucidando-as a trazerem os seus lanches. Os lanches confeccionados não transmitem segurança em termos de higiene e não são seguros para saúde alimentar das crianças”, reitera.

Perguntada o porquê de não venderem os lanches das crianças no interior na escola a directora explicou que, “rescindimos o contrato há pouco tempo, porque a pessoa que prestava serviços dizia que não estava a ter lucros. Com o andar do tempo teremos alguém”, esclarece.

Embora não exista um vínculo entre a instituição e os transportadores, a mesma limita-se a exortar as crianças a terem cuidado com proliferação de sequestros.

“Temos dado palestras sobre os sequestros. Sempre nas concentrações falamos sobre temas benéficos para as crianças, como é o caso da segurança, o comportamento, modos de

resultando em atraso dos alunos.

“Já tivemos situações em que os alunos ficam à espera do transporte que nunca mais chegava. Nós como escola contactamos o encarregado de educação para lhe pôr a par do que estava a acontecer e por sua vez a própria encarregada se encarrega de procurar o contacto do transporte, para saber quais são os motivos e as razões de permitir que um aluno permaneça na escola até as tantas horas”, elucidou.

Liceu Alvorada é uma escola que se responsabiliza em ficar com a criança até pelo menos a hora de saída. Pois algumas crianças apanham o transporte em frente a escola, outros motoristas já têm uma paragem específica fora da escola, onde os estudantes se concentram.

“Quando o aluno atrasa a própria mãe é que toma a responsabilidade de entrar em contacto com o transportador, porque nós como escola, não entramos em nada, então acabamos desligando-nos e deixando tudo na responsabilidade dos encarregados”, afirma.

Quanto a segurança, a polícia têm auxiliado no controlo das crianças e



Custódia reconhece que haverá um trabalho árduo a ser feito se for para registar todos transportadores escolares, pois cada pai assina contracto com quem acha que tem idoneidade para transportar o seu filho.

INSUFICIÊNCIA DE GUARDAS

Segundo Zucula, nos últimos dias existem pessoas que fazem transporte escolar com carros particulares, e pela falta de guardas na escola 3 de Fevereiro, o facto acaba preocupando a instituição, porque não há fiscalização.

“Muitas escolas têm apenas um guarda a trabalhar durante o dia, e para o guarda estar a gerir a segu-

de um ou de outro modo no empenho escolar.

“Outro dia uma criança foi esquecida e só saiu da escola 19 horas e 30 minutos, enquanto seu horário de saída da escola é 17 horas. Já imaginou a que horas saiu de casa aquela criança? É uma tortura que acaba influenciando negativamente no desempenho escolar do aluno.

“A criança precisa fazer os trabalhos para casa, por serem considerados uma forma de revisar a matéria que foi abordada durante as aulas”, disse.

“Os pais, de um modo geral, influenciam para esses ambientes desgastantes pois uma criança que sai de Marracuene para estudar na central,

Lídia Ribeiro, directora da Escola Primária Completa 16 de Junho, garante a segurança dos alunos dentro da instituição e não fora, muito menos nas carinhas escolares, pois não é da competência da instituição.

Quando a equipa de reportagem chegou na instituição de ensino, os portões estavam fechados como é habitual e são abertos até uma dada hora, pois nem sempre o guarda está presente.

“A instituição tem um guarda que trabalha em dias alternados, para permitir que tenha um dia de descanso”, esclarece sobre o motivo da ausência de guarda.

A escola garante que existe uma

caminhar na via pública, com quem a criança deve falar e com quem não deve”, destaca.

A instituição certificou que as crianças estão cientes dos sequestros, por isso tomam o devido cuidado. A polícia de trânsito trata de olhar para segurança da criança nos transportes escolares, verificando se a carinha está registada ou não.

Cristina Cavele, chefe da secretária, representou a instituição Liceu Alvorada onde contou que há anos a instituição tinha transportes que garantia segurança. De lá para cá, os motoristas aparentemente não trabalham apenas para a escola, entre eles vendiam combustível, ou atrasavam e saíam tarde de casa, o que

têm-se prontificado sempre que notam um movimento estranho.

“Nos nossos portões temos guarda, ele fica posicionado na porta da escola para controlar as entradas e saídas dos alunos, quando é o caso de atraso do aluno. Temos apoio policial que também ajuda manter a segurança de todos alunos que vem para escola” garante.

Quanto aos carros particulares, “essa preocupação é de todos e não temos relação com os mesmos, mas em todo caso, exigimos que todas as situações que envolvam os alunos da escola sejam comunicadas à direcção da escola, para esta, por seu turno, encaminhar a mensagem aos pais ou encarregados de educação”, explicou.

ECONOMIA

Na cerimónia de abertura do evento, que se realizou na última quinta-feira (29/02), no formato híbrido, o governador da província de Cabo Delgado, Valige Tauabo, confortou os investidores nacionais e internacionais sobre a estabilidade e segurança daquela província nortenha.

Disse, também, que os investidores, quer sejam nacionais, quer sejam estrangeiros, são acarinhados e protegidos em Cabo Delgado, por estarem a desempenhar um papel fundamental na economia, onde actuam como responsáveis pela geração de emprego e da riqueza nacional.

Dada a vasta gama de oportunidades que a província oferece, o governador diz que a província está aberta para acolher novos investidores nacionais e estrangeiros.

Todavia, “esse processo está a ser afectado pelos eventos climáticos extremos recorrentes, nomeadamente ciclones tropicais, que têm provocado a destruição da produção agrícola e de infra-estruturas, implicando a deslocação de pessoas e o desvio de fundos do orçamento para outras finalidades”, lamentou.

Aliás – diz – apesar dos desafios que todas as economias enfrentam em face das ameaças globais que, também, afectam Cabo Delgado, os investimentos na província estão mais seguros e protegidos do que antes.

Afirma que, apesar de vários factores adversos, é lugar seguro para se investir, com vasta gama de oportunidades em áreas como agricultura, agro-processamento, pecuária, turismo, infra-estruturas, energia, transportes, comunicações, construção e muitas outras, incluindo os ramos de mineração e gás.

Mas – adverte o governador – os eventuais investidores devem ter a capacidade de desenvolver o tecido empresarial para a economia local, através da transferência da tecnologia, know-how, criação de emprego, promoção do comércio internacional e acesso aos mercados financeiros competitivos.

“Os investidores devem ainda conduzir a promoção do crescimento económico, no qual resultará o desenvolvimento social que se traduz no combate à pobreza”, assinalou, apontando que a província está aberta ao investimento directo nacional e estrangeiro”.

MAIS OPORTUNIDADES NOS DISTRITOS

Ainda no evento que contou com mais de 40 participantes, Horácio Linaula, director-executivo do Centro de Promoção de Desenvolvimento Económico de Cabo Delgado (CPDEC), falando das oportunidades, na qualidade de orador, disse que a cidade de Pemba não pode ser vista como única que possui oportunidades e facilidades de investimento. “Há muitas oportunidades no interior dos distritos, onde investidores podem prospectar”, disse Linaula, defendendo

O regresso de Cabo Delgado

Governo aponta oportunidades de investimento

- Além do gás, a província dispõe de muitas outras oportunidades de investimento, como a agricultura, pecuária, construção, transportes, comunicações, energia e muito mais na dianteira

- Pemba, a capital provincial de Cabo Delgado, prepara-se para acolher, já em Julho, a conferência de investidores

O potencial económico e de recursos existente em Cabo Delgado está a ser transformado em oportunidades concretas susceptíveis de estimular trocas comerciais e atrair investimento directo nacional e estrangeiro. Por isso, para falar dessas oportunidades, o Governo da província promoveu, em coordenação com a Associação de Conteúdo Local de Moçambique (ACLM), um Workshop denominado “Investir em Cabo Delgado”, que serviu para a apresentação, pelo Governo, da vasta gama de oportunidades e facilidades de investimento existentes na província.



procedimentos para a instalação de negócios na província, e destacar as oportunidades e facilidades de investimento disponíveis para empresas nacionais e estrangeiras. Também serviu para a promoção de um ambiente favorável aos investidores, visando o crescimento económico e desenvolvimento sustentável da província e da região Norte do país.

CONFERÊNCIA DE DOADORES PARA JULHO

Ainda naquele evento, o governador da província anunciou a realização de uma conferência de investimentos no mês de Julho próximo, na cidade de Pemba, capital provincial de Cabo Delgado, que contará com vários actores, entre eles, os investidores (nacionais e estrangeiros), académicos e especialistas das diversas áreas de petróleo e gás, e respectivas cadeias de suporte e conteúdo local.

A província de Cabo Delgado tem facilitação de investimentos e assistência aos investidores, através de duas iniciativas, nomeadamente, “Visite Cabo Delgado para o Turismo” e a iniciativa “Parques Industriais de Cabo Delgado”.

que “os investidores devem deixar de pensar que negócios são feitos exclusivamente nas cidades”.

Para convencer, falou do distrito de Balama, considerado celeiro da província, pela sua maior quantidade de produção agrícola, com capacidades de fornecer o mercado local e regional norte. Aqui, o especialista referiu que o investidor pode abrir negócios no

campo de agro-processamento, ou mesmo agrícola, para alargar a base de produção e vender para os mercados internos e externos.

Mocímboa da Praia, segundo a fonte, pode ser outra opção para os investidores, por dispor de uma vasta costa marítima, rica em praias paradisíacas, que proporcionam oportunidades para o investimento em turismo, hote-

laria e restauração, transporte e comunicações, sem deixar de lado o sector das infra-estruturas que são vitais para o desenvolvimento socioeconómico de qualquer país.

Refira-se que o Workshop “Investir em Cabo Delgado” organizado pelo Governo de Cabo Delgado e a ACLM, tinha entre outros objectivos, fornecer informações detalhadas sobre os

Intensifica-se reconstrução da vila

Mocímboa da Praia recebe novo edifício

- Em Palma iniciam obras de construção de estrada, com apoio da TotalEnergies

A pacata vila da Mocímboa da Praia, no norte de Cabo Delgado, acaba de receber uma nova infra-estrutura, que compreende o edifício, onde funciona, desde última segunda-feira (26/02), o respectivo Serviço Distrital de Planeamento e Infra-estruturas.

O edifício foi inaugurado pelo chefe

do executivo provincial, Valige Tauabo, que, na ocasião, explicou tratar-se de uma construção de raiz, no âmbito da responsabilidade social da TotalEnergies, conjugada com o Plano de Reconstrução de Cabo Delgado.

O governador explicou ainda que a acção é uma demonstração clara do cometimento e interesse do Governo de ver a Vila de Mocímboa da Praia, as aldeias e comunidades a disporem de melhores condições para servir a população.

Para que tenha maior durabilidade, Tauabo aconselhou os beneficiários a assegurarem a conservação e manutenção da infra-estrutura.

Recorde-se que a vila da Mocímboa da Praia, situada a 400 quilómetros da cidade de Pemba, foi das mais fustigadas pelo terrorismo e extremismo islâmico, tendo afugentado a população, destruído a quase totalidade das suas infra-estruturas, estando agora numa fase de reconstrução, depois de reconquistada pelas Forças de Defesa

e Segurança (FDS).

No quadro da reconstrução em curso, vários empreendimentos já foram repostos, incluindo o aeródromo e o porto de Mocímboa da Praia, reinaugurados em Outubro passado, pelo Chefe de Estado, depois de uma empreitada que começou logo após a estabilização da situação de segurança, com a chegada das forças estrangeiras, em Julho de 2021, nomeadamente do Ruanda e da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). ➤

Solução à vista para o desenvolvimento de Gaza e da região Sul do país

Doca de Chongoene dinamizará emprego

- Primeira fase das obras da sua construção termina em Agosto próximo

Estaleiro marinho, também conhecido por doca, já em avançado estado da sua construção, no distrito de Chongoene, província de Gaza, vai dinamizar o desenvolvimento da região Sul do país e gerar novos empregos e empreendimentos paralelos.

A constatação é atribuída ao primeiro secretário da FRELIMO em Gaza, Daniel Matavele, que considera que a província se deve preparar para assistir a um "boom" no seu desenvolvimento, a ser impulsionado pela infra-estrutura que está a ser construída para receber embarcações de até cinco mil toneladas de mercadorias diversas.

Os trabalhos de construção da doca de Chongoene estão a decorrer sem sobressaltos, e no que diz respeito à parte das infra-estruturas de apoio, sobretudo os armazéns, já foi concluída parte significativa, estimando-se que o nível de execução da obra esteja neste momento acima dos 80 por cento, mais uma razão para o timoneiro da FRELIMO em Gaza "esfregar as mãos", pois o empreendimento, além de con-



ferir grande dinâmica na oferta de emprego, vai contribuir para o surgimento de vários empreendimentos paralelos.

Prevê-se que a primeira fase da construção da infra-estrutura para a cabotagem de navios nesta região de província de Gaza termine em Agosto próximo, altura em que irá arrancar

a exportação das areias pesadas de Chibuto via doca de Chongoene.

O político explicou que a doca está dividida em três fases, sendo que a primeira é a que estará pronta já em Agosto, dando lugar ao início das exportações dos minérios de Chibuto.

Matavele revelou esta informação

no encontro que manteve com o gestor do projecto executor da obra, Yang Jiamping, para quem a empreitada voltou a decorrer a um ritmo satisfatório depois da paralisação registada em Dezembro último após um desentendimento com as comunidades.

Jiamping detalhou que, no total, a doca deverá comportar 200 metros e 80 centímetros, com capacidade para a exportação entre seis e oito milhões de toneladas nérios por ano.

Operada pela empresa chinesa DingSheng Minerals, SA, o pro-

jecto das areias pesadas de Chibuto vem enfrentando dificuldades por falta de porto para o escoamento da produção. Em Agosto, a empresa chinesa revelou que mais de 506 mil toneladas de minérios, 500 mil de titânio e seis mil de zircónio estavam armazenadas, havia meses, devido a dificuldades de transporte rodoviário até ao Porto de Maputo, de onde partem para Ásia.

Os trabalhos na empreitada foram paralisados quando as populações se revoltaram colocando barricadas na estrada que dá acesso ao futuro porto, para impedir a circulação de camiões e trabalhadores afectos ao projecto.

A atitude dos residentes foi justificada pela alegada falta de absorção da mão-de-obra local, na sua maioria jovem, a baixa qualidade das obras de construção de uma fonte de abastecimento de água na região, entre outras exigências.

Entretanto, o administrador do distrito de Chongoene, Artur Macamo, desmentiu que a empresa não esteja a recrutar jovens locais, e realçou que o número de candidatos que buscam inserção mostra-se superior à oferta.

Acrescentou ainda que maior parte dos jovens do distrito não dispõe de aptidão técnica para trabalhar nesta empresa de exploração mineira.

A empresa chinesa DingSheng Minerals foi forçada a apresentar o cronograma de execução dos projectos de responsabilidade social inseridos nas obras de construção do Porto de Chongoene.

◀ ESTRADA PARA PALMA

Entretanto, no mesmo dia (26/02), o governador Tauabo procedeu ao lançamento da primeira pedra para a construção da estrada de Senga, no posto administrativo de Palma Sede, no distrito Palma.

A construção desta infra-estrutura

Natural Liquefeito (GNL), na Baía do Rovuma.

Falando momento após proceder ao lançamento da primeira pedra, o governador da província disse que a construção daquela estrada vai permitir a ligação entre Senga e outros pontos do distrito, bem como o exercício de actividades económicas.

disse o chefe do executivo provincial de Cabo Delgado.

A infra-estrutura será pavimentada e incluirá a construção de uma ponte sobre o Rio Senga que, em tempo de chuva, dificulta a transitabilidade de pessoas e bens.

Ainda no distrito de Palma, além de orientar a cerimónia de lançamento da



conta com o apoio da TotalEnergies, no âmbito da sua responsabilidade social.

A TotalEnergies, uma multinacional de capitais franceses, dedica-se, em Cabo Delgado, à exploração de Gás

"Por isso, queremos pedir a colaboração de todos, no sentido de apoiar-nos na construção desta infra-estrutura. Não permitam que indivíduos de má-fé criem transtornos que impeçam a rápida construção desta estrada,"

primeira pedra para construção da estrada de Senga, o dirigente procedeu igualmente à entrega de medicamentos de tratamento de conjuntivite às autoridades sanitárias da zona, também financiados pela TotalEnergies.

Modernização da rede móvel no país

Niassa destaca-se na operacionalização de sites

Cerca de 80 por cento de um total de 1.086 sites, estruturas que abrigam equipamentos e antenas de telecomunicações, já se encontram operacionalizados, no âmbito da implementação da segunda fase do projecto de modernização e expansão da rede da Tmcel-Moçambique Telecom, em curso, no país.

50 novos sites implantados, dos quais 15 já dispõem de tecnologia LTE (Long-Term Evolution).

Trata-se de uma tecnologia de comunicação sem fio, desenvolvida para oferecer altas taxas de transferência de dados, baixa latência e capacidade de suportar uma ampla gama de serviços multimídia.

Está igualmente prevista a actualização da rede em coberturas internas (como as existentes nos grandes centros comerciais). O sistema encontra-se em pleno funcionamento em alguns centros comerciais da cidade e província de Maputo.

Refira-se que todas as províncias do país já foram abrangidas por este projecto, estando ainda em curso a operacionalização de mais sites.

A operacionalização compreende substituições, coberturas internas e implantação de novos sites.

Importa referir que, entre os meses de Dezembro do ano passado e Janeiro último, a província de Niassa foi a que mais se destacou, com mais de

NACIONAL

No contexto do alastramento dos ataques terroristas para os distritos a sul de Cabo Delgado e com o risco

de descender para as províncias circunvizinhas como Niassa, Nampula e Zambézia a secretária-geral da Renamo, Clementina Bomba, exigiu do Governo medidas conducentes à paz. Falando na quarta-feira, Bomba convidou todos moçambicanos e a comunidade internacional a mobilizarem e canalizarem todo o apoio necessário para responder ao drama humanitário vivido pelos deslocados do terrorismo.

EDVIGE CHISSUMBA

Email: edvige19chissumba@gmail.com

Desde Outubro de 2017, a província de Cabo Delgado tem sido alvo de ataques terroristas, semeando destruição e luto no seio das populações, afectando o domínio estatal e empresarial privado do país.

De acordo com secretária-geral da perdz, o recrudescimento da violência armada na sua vertente terrorista, assassinatos e destruições protagonizadas por pessoas sem rosto, preocupa,

Terrorismo em Cabo Delgado

Renamo lança apelo para assistência humanitária

não apenas as pessoas afectadas, como a todo o país.

Esta situação, segundo constata, tem provocado fuga das populações das suas zonas de origem em busca de lugares seguros dentro e fora da província (Nampula). Fala-se de milhares de deslocados a enfrentar uma situação de crise humanitária.

Segundo Bomba, as acções terroristas inserem-se num problema mais vasto que tem a ver com a crise de segurança em todo o país, acentuada na onda de raptos à luz do dia, sobretudo na capital do país, tendo como grupo alvo, a classe empresarial.

Nos últimos anos – constata o maior partido da oposição – o terrorismo tende a se propagar para províncias de Niassa, Nampula e Zambézia, onde se regista o aumento de pessoas deslocadas e sem alimentação, água e acomoda-



Clementina Bomba, SG da Renamo

ção condigna.

Assim, a secretária-geral da RENAMO, Clementina Bomba, chamou a imprensa para comunicar que o partido e seu presidente, Ossufo Momade, solidarizam-se com as famílias deslocadas, devido ao terrorismo, e com as famílias afectadas pela onda de raptos no país.

“Exigimos que essas medidas sejam urgentes para poupar as vidas de crianças, mulheres, idosos e homens que são sacrificadas injustamente sem dó nem piedade. Fazemos o chamamento de todos, para mobilizarem e canalizarem o apoio necessário aos irmãos que são forçados a deixar tudo e a viver desprovidos de qualquer assistência, incluindo água e comida”, disse.

Nesse contexto, Clementina Bomba apontou como solução o apetrechamento das Forças de Defesa e Segurança, bem como a solicitação do apoio da comunidade internacional.

Bomba fez saber que a Renamo convida as confissões religiosas a intercederem pela paz e harmonia em Moçambique de modo a minimizar o caos que se faz sentir.

Aos mentores desta guerra, a Renamo exige que se “abstenham-se de matar” e que não utilizem o povo como seu escudo em defesa das suas ambições económicas.

No âmbito do Projecto “PROPAZ – Cultura de Promoção de Paz, Reconciliação e Coesão Social”, o Instituto para

a Democracia Multipartidária (IMD) organizou, nesta quinta-feira, 29 de Fevereiro, na cidade de Quelimane, uma reflexão sobre “Mecanismos e Modelos Locais de Promoção de Paz e Reconciliação em Moçambique”.

O encontro decorre de um processo de consultas que a organização está levando a cabo com vista a propor uma agenda nacional de promoção da paz e reconciliação nacional.

Intervindo na abertura do encontro, a secretária de Estado da Província da Zambézia, Cristina Mafumo destacou a necessidade de todos os moçambicanos estarem envolvidos na preservação da paz independentemente de eventuais diferenças.

“A busca da paz em Moçambique é tarefa de todos os Moçambicanos. Temos sempre dito que a paz não se vende, não se compra e não se resume só ao calar das armas. Ela deve estar nas nossas casas e no coração de cada um de nós. Não olhemos só para as armas. Vou dar exemplo da nossa província, quando estamos num momento de surto de cólera e a nossa população em algum momento ainda não percebe as causas da cólera e aponta para um líder comunitário, assassina um líder comunitário, destrói bens do sector da saúde e outras infra-estruturas, aí saímos da dimensão de

Paz não se resume no silêncio das armas

- Cristina Mafumo, secretária de Estado da Província da Zambézia



saúde e entramos na situação da ausência de paz. Podemos considerar que naquela zona não há paz. E se não há paz não há desenvolvimento”.

Segundo a dirigente, é preciso transmitir valores que promovam a paz para as crianças através de bons exemplos.

“Sem paz afectamos o processo de desenvolvimento humano nas nossas crianças e na nossa população. A formação de perfil de um cidadão faz-se com exemplos, com o seu dia-a-dia. Quando uma criança cresce a pensar que o acto de destruir infra-estruturas é um acto normal estamos a deformar a sociedade, isso não nos ajuda em nada. Por isso, precisamos olhar para esta paz em todos os ângulos do

desenvolvimento do nosso país e não apenas no calar das armas”.

No evento, o padre Abel Canada, defendeu a necessidade de se priorizar a reconciliação entre os moçambicanos e não se limitar à assinatura de acordos que visam viabilizar a realização de eleições.

“Enquanto continuarmos a ignorar o processo de reconciliação entre os moçambicanos, onde todos nós iremos nos considerar irmãos e unidos num mesmo país, havemos, sim, de encontrar caminhos de cessação de hostilidades, negociações para eleições ou então caminhos de concórdia para algum objectivo, mas nunca encontraremos caminhos de paz. Por isso que nas vésperas das

eleições acompanhamos a assinatura de memorando de entendimento entre o Presidente da República e o líder da RENAMO, visando permitir um ambiente de paz para a realização de eleições. Mas, depois das eleições, voltamos a ter hostilidades, guerra e manifestações”.

“O primeiro passo para encontrar caminhos da paz é a reconciliação entre os moçambicanos. Os acordos de paz que nós temos no país são fruto de um clima de violência. O Acordo Geral de Paz de 1992 é fruto de uma guerra. Estávamos numa situação de violência e não nos reconciliámos. O que é que trazem estes acordos? Exclusão. Os acordos são fruto de negociações entre as elites políticas em Moçambique. Então, há um clima de exclusão, há um clima de discriminação política e há um clima de manifestações pós-eleitorais”.

Neste sentido, o director de Programas do Instituto para a Democracia Multipartidária (IMD), Dércio Alfazema, propôs a criação de uma agenda nacional para a promoção da paz.

“O país ciclicamente tem estado a assinar acordos de paz, isto demonstra que existem algumas fragilidades. É por isso que encontramos os elementos que deixam a nossa paz frágil, os factores de vulnerabilidade e o que podemos fazer sobre eles. Para isso,

nós como instituto temos estado a defender a elaboração de uma agenda de paz e a institucionalização da paz, ou seja, criação de uma comissão, instituto, ministério, no sentido de se encontrar um mecanismo que vai monitorizar permanentemente a agenda da paz, as acções para a promoção da paz e os factores de risco para a paz em Moçambique”, disse Alfazema.

Mais adiante, o director de Programas do IMD destacou a necessidade do reforço de capacidades institucionais e o melhoramento de organização de processos eleitorais.

“No ano passado, tivemos um processo eleitoral bastante tenso e que tinha elementos que poderiam estremeecer os alicerces da nossa paz. Sabemos que os processos eleitorais nos últimos anos foram uma das principais causas de conflitos. Precisamos olhar com frieza para estes processos, aprender com eles para podemos corrigir os processos futuros. Porque as eleições não podem continuar a ser causa de conflito, causa de tensão que chegam a gerar conflitos militares”.

Este foi o terceiro encontro dos onze que vão decorrer em todo o país, com o financiamento da União Europeia, para além de encontros regionais e nacionais que vão juntar autoridades locais, Organizações da Sociedade Civil, partidos políticos, académicos, líderes (comunitários e religiosos), artistas, estudantes, entre outros.

PUBLICIDADE



UNINDO-TE AO DESTINO COM O CONFORTO QUE TU MERECEES

MAPUTO ↔ PEMBA - 5500MT

MAPUTO ↔ TETE - 3500MT

MAPUTO ↔ QUELIMANE - 3500MT

MAPUTO ↔ LICHINGA - 6000MT

MAPUTO ↔ INHAMBANE - 1000MT

MAPUTO ↔ NAMPULA - 4500MT

MAPUTO ↔ JOANESBURGO - 400R IDA | 780R IDA E VOLTA



www.facebook.com/etrago.mz www.instagram.com/etragomz

CONTACTO: +258 84 491 9701 / 87 362 5197 | **JOHANESBURGO:** +27 79 736 9001 / 66 333 0040

NACIONAL

A província de Sofala está a enfrentar uma grave crise alimentar causada por maus resultados da primeira época agrícola, atingindo pouco mais de 220 mil pessoas nos distritos de Caia, Chemba, Nhamatanda, Búzi, Muanza e Machanga, segundo indica uma avaliação pós-choque realizada entre Abril e Maio do ano passado nestes distritos e pelas autoridades da província de Sofala, cujo relatório foi apresentado, sexta-feira última, na Beira, durante a sessão do Conselho Provincial de Segurança Alimentar e Nutricional, na qual tomaram parte parceiros de cooperação.

JORGE MALANGAZE

Email: jjmalangaze@gmail.com

A reunião foi presidida pela secretária de Estado em Sofala, Cecília Chamutota. O inquérito foi na verdade efectuado em Caia, Chemba, Beira, Marromeu, Machanga e Nhamatanda. A crise de alimentos, que coloca aquele número de cidadãos numa situação de necessitados, é resultado da escassez de chuvas causada pela ocorrência do fenómeno El Niño. Ângelo Dista, director do Serviço Provincial de Actividades Económicas desta parcela do país, que falou na qualidade de porta-voz da referida sessão, revelou que há actualmente famílias que não conseguem fazer três refeições diárias, sendo que para obter algo para

Mais de 220 mil pessoas

Crise alimentar afecta Sofala



a sua alimentação recorrem a trocas comerciais e produtos que não fazem parte da dieta alimentar, como é a situação de Sena, distrito de Caia em que a população consome melancia e um tubérculo aquático denominado por "nhica". Ângelo Dista revelou que Sofala passou para a fase três, a de crise de alimentar, e que caso a escassez chuva prevaleça, a província caminhará para

a etapa quatro, a de emergência. "Há necessidade de mitigar os efeitos da seca com intervenções que passam pela distribuição de sementes certificadas e tolerantes à seca, aquisição e estabelecimento de sistemas de rega, educação nutricional, bem como a formação da população afectada, para que possam aproveitar as potencialidades existentes nos seus

distritos", disse Dista. A fonte revelou que a sessão Conselho Provincial de Segurança Alimentar e Nutricional tomou decisões, sendo que algumas têm a ver com a necessidade de actualizar a situação alimentar e nutricional da província com vista a determinar com precisão o número de pessoas que precisam de assistência. "A sessão decidiu também pela harmonização das intervenções desenvolvidas pelos parceiros de cooperação do ramo de segurança alimentar e nutricional, pois, como é sabido, maior parte das acções dos parceiros é desenvolvida no corredor, daí que há necessidade de harmonizar estas acções", indicou Dista. Significa que o número de pessoas afectadas pela crise alimentar será actualizado? – questionamos o director do Serviço Provincial de Activi-

dades Económicas. Respondeu que a reunião decidiu pela reavaliação da situação com vista a obter dados mais consistentes que ajudarão o Governo e os parceiros de cooperação a tomarem decisões que possam ajudar a direccionar as intervenções para a mitigação da fome. Indagado sobre as perdas da presente campanha, aquele responsável revelou que os dados existentes apontam para a perda de acima de 50 por cento de áreas de produção nos distritos de Caia e Chemba. "Caia e Chemba são os distritos da província que necessitam de uma intervenção urgente para minorar o problema causado pela escassez de chuvas", precisou Dista, assegurando que a província não tem ainda registo de bolsas de fome, senão a redução do número de refeições por dia, nomeadamente de três para duas e até uma no seio de algumas famílias. "Na campanha passada, a província teve um excedente de quase 40 por cento de produção, o que significa que até ao preciso momento a população teria a segurança alimentar assegurada, mas entendemos que o Governo não controla a dinâmica da vida das famílias, pois houve casos de famílias que venderam os seus excedentes", indicou o responsável. Refira-se que os resultados da campanha Agrária 22/23 indicam que foram obtidas 942.745 toneladas, correspondentes a uma realização de 90 por cento em relação ao plano que se situava na ordem de 1.050.986 toneladas. Para o ano de 2023, a necessidade de consumo de cereais situou-se em 488.149,54 toneladas. No referido ano, foram colocadas para comercialização cerca de 341.466 toneladas de excedentes.

BCI e ChildFund juntos pela inclusão



O Banco Comercial e de Investimentos (BCI) firmou, há dias, um acordo com a ChildFund Moçambique, uma organização não-governamental que tem como objecto o exercício de actividades de assistência social e educação nas províncias de Maputo e Inhambane, e extensão das áreas do género e saúde para a província de Nampula.

meio ambiente, empreendedorismo, entre outros, constituem pilares fundamentais com os quais nos identificamos" – afirmou.

Por seu turno, o director nacional do



Com o acordo, o Banco passa a proporcionar um conjunto de soluções financeiras e facilidades destinadas à ChildFund e aos respectivos membros e colaboradores.

Momentos depois de rubricar o protocolo, o administrador do BCI, George Mandawa, felicitou a ChildFund pelas acções que desenvolve, em prol das camadas mais vulneráveis, em particular as crianças. Falou dos pontos de convergência entre as duas instituições, e das perspectivas que se abrem no âmbito da

inclusão. "Hoje é só o início de uma longa caminhada que vamos ter: o BCI tem um forte cunho de responsabilidade social" – disse Mandawa, sublinhando que o BCI interpreta a sua responsabilidade social como um compromisso com o país e com as diversas comunidades em que está inserido. "A forma de expressar este nosso posicionamento traduz-se através de actos de natureza muito diversa, sendo que o apoio a projectos e iniciativas socialmente relevantes em domínios como educação, saúde, solidariedade,

ChildFund, René Silvino Abílio, manifestou satisfação pela concretização do protocolo que, segundo afirmou, "vai agregar valor na nossa relação", sobretudo por se tratar da "primeira experiência que a ChildFund terá com uma instituição financeira, no que se refere à responsabilidade social".

Na ocasião, René Abílio aproveitou para convidar o BCI a visitar a organização no terreno, para testemunhar o impacto dos projectos por ela desenvolvidos na vida das comunidades.

Publicidade

MÉDICO TRADICIONAL DOUTOR MWENE MAZOMBWE DO EAST DA ÁFRICA

Cura e resolve vários problemas

Tais como:

- Trazer de volta o que tenha perdido;
- Devolve a sorte perdida;
- Recupera emprego perdido;
- Tira maus espíritos na sua vida;
- Trata doenças como paralisia;
- Diabetes; Tensão; Hemorragia; Asma;
- Recupera amor perdido;
- Aumenta tamanho de pénis em pouco tempo;
- Faz subir de cargo nos serviços;
- Cura impotência sexual;
- Resolve na passagem de exames;
- Recupera bens roubados;
- Tira azares e dá sorte nos negócios;

**O DOUTOR MWENE MAZOMBWE ECONTRA-SE NO
BAIRRO DO ALTO-MAÉ, PERTO DO BANCO SOCREMO
E É CONTACTÁVEL PELOS NÚMEROS:**

848956303 / 863260808

PUBLICIDADE

zäp estiiica

A tua tv ligada por mais 3 dias



Envia SMS para **95100** com o texto **"ESTICA"**
e o **número de cartão ZAPi.**

NACIONAL

Instalação de mais sete estações de pré-aviso

Moçambique arma-se contra sismos



Governo moçambicano pretende instalar, até 2028, mais sete estações de aviso-

prévio contra a ocorrência de sismos. Estas infra-estruturas juntar-se-ão às 12 já existentes no país. Esta acção, de acordo com o porta-voz da comissão tecno-científica sobre mudanças climáticas, presidida pelo ministro dos Transportes e Comunicações, Mateus Magala, vai contribuir para uma maior previsibilidade do registo de sismos e resposta eficaz das entidades competentes, em caso de ocorrência destes fenómenos.

HERMÍNIA MAHUMANA

Email: herminia.mahumane90@gmail.com



Genito Maúre

Reunida na sua primeira sessão sobre as mudanças climáticas, promovida pela comissão tecno-científica sobre mudanças climáticas, a comissão que tem a tarefa de aconselhar o Governo em matérias sobre mudanças climáticas e redução de riscos de desastres, discutiu, entre outros temas, questões de adaptação e mitigação.

Num briefing com os órgãos de comunicação social, o porta-voz da comissão, Genito Maúre, fez saber que foram também abordados temas

relacionados com a quantificação do risco; gestão de sismicidades induzidas, tendo sido discutida a questão de aplicação de códigos locais; engenharia de infra-estruturas em locais onde ocorre a actividade sísmica; adaptação de códigos de construção em ambientes sísmicos; educação cívica no que concerne à preparação e resposta em caso de ocorrência de sismos, e, no final, foram deixadas algumas recomendações.

Este debate surge num momento em que há rumores dando conta de que

futuramente uma parte do “nosso continente” poderá se separar, o que justifica esta preocupação com os sismos.

Para o porta-voz, os sismos têm características que a tecnologia actual não permite detectar com antecedência, o que representa enormes desafios em relação à sua adaptação e mitigação.

Por outro lado, reconhece que há desafios ligados à instalação de uma capacidade que cubra toda a extensão do território nacional, e a preocupação em colocar mais estações que possam cobrir as zonas consideradas de risco, já que a actual cobertura de rede não é capaz de detectar.

A perspectiva, segundo Maúre, é que até 2028 o projecto se efective. Outro desafio, acrescentou, está ligado à capacidade humana para assegurar uma rápida resposta, daí que há necessidade de se melhorar o conhecimento em relação à intensidade sísmica.

A questão da protecção social também esteve na mesa de debate. Refira-se que a protecção social é um mecanismo que visa reduzir a vulnerabilidade e exclusões sociais.

O assunto de protecção social foi abordado num contexto de desastres naturais. Em relação a esta questão, o porta-voz da comissão tecno-científica sobre mudanças climáticas referiu que a concretização desta acção passa pela criação de uma equipa de resposta rápida para a assistência às possíveis comunidades afectadas.

Na sessão, o Governo aconselhou ainda para a necessidade de se apostar na construção de infra-estruturas resistentes à ocorrência de sismos.

A sessão decorreu na cidade de Maputo e contou com a participação de técnicos e cientistas que trabalham em diversas áreas de matérias ligadas a mudanças climáticas.

Água da Namaacha apoia crianças desfavorecidas

A Água da Namaacha, marca premium da Sociedade de Águas de Moçambique (SAM), levou a cabo mais uma acção de responsabilidade social, por ocasião do início do ano lectivo de 2024, com o Centro de Acolhimento à Rapariga Necessitada, gerido pelo Conselho Cristão de Moçambique, Fórum Mulher, situado no Bairro da Liberdade, na Matola, que alberga meninas com idades compreendidas entre os 06 e os 17 anos.

Com o início do ano lectivo, algumas instituições de solidariedade social, que trabalham com crianças e jovens, sentem dificuldades na aquisição de material escolar, facto que levou a Água da Namaacha a encetar, anualmente, campanhas de apoio a estas instituições.

As ofertas são compostas por kits escolares, com cadernos e canetas, e também Água da Namaacha da linha Júnior, caracterizada pelos seus rótulos coloridos e didácticos, com a tabuada e o abecedário.

Ricardina Chiconela, Secretária



Executiva do Conselho Cristão de Moçambique, Fórum Mulher, representante do projecto, manifestou o seu agrado pela acção da Água da Namaacha, que considerou muito importante para que as crianças e jovem do Centro de Acolhimento tenham um início de ano lectivo mais tranquilo e se possam focar naquilo que é importante, o estudo.

Bárbara Matsinha, em representação da Água da Namaacha, agradeceu ao Conselho Cristão de Moçambique o trabalho excepcional que está a desenvolver com estas meninas e colocou a sua instituição à disposição para dar continuidade a apoios do mesmo tipo a este e outros projectos que apoiem as “flores que nunca murcham!”.

INSS atento aos ataques cibernéticos



Departamento de Informática (DI) do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) realizou, de 22 a 25 de Fevereiro do ano em curso, na localidade da Ponta do Ouro, distrito de Matutuine, província de Maputo, o seu primeiro seminário de capacitação dos quadros afectos ao sector, no âmbito da planificação estratégica tendo em vista os diferentes desafios emergentes no mundo tecnológico, entre os quais os ataques cibernéticos, que exigem deste grupo de profissionais uma atenção especial.

Durante os quatro dias de capacitação, os 32 participantes, todos provenientes dos serviços centrais, discutiram diversos temas propostos para o debate, com destaque para o plano de actividades do INSS, o plano operacional do departamento de informática, o plano director das tecnologias de informação e comunicação (TIC), bem como o Regulamento de Segurança de Sistemas de Informação do INSS (RESSI).

Para além destes pontos, o encontro debruçou-se, igualmente, em tor-

no das necessidades de manutenção preventiva e evolutiva das TIC na instituição, nomeadamente as questões ligadas à segurança cibernética, o plano de actividades, para além de uma passagem em revista dos 10 anos da implementação do Sistema de Informação da Segurança Social (SISSMO) que, segundo a chefe do departamento, a Eng^a Hélia Natália Jeremias Machel, demandou uma autêntica “revolução tecnológica” na instituição, nas actividades de administração de sistemas e no suporte aos

utilizadores, que são tarefas de competência da área.

A acção formativa da Ponta do Ouro contou, igualmente, com a realização

de uma sessão de *Coaching/Team-building*, com o objectivo de reforçar o espírito de camaradagem e trabalho em equipa entre os técnicos do De-

partamento de Informática do INSS, tendo em vista o sucesso das suas actividades e o alcance dos objectivos estratégicos da instituição.

Nas províncias de Nampula e Zambézia

World Vision e parceiros apoiam 85 mil crianças

A World Vision-Moçambique, Governo e parceiros abrem uma nova frente na promoção da educação, saúde e nutrição escolar com a introdução do projecto “Parcerias para Resultados da Educação Sustentável” (PARES), que nos próximos cinco anos vai beneficiar mais de 85 mil alunos em 157 escolas nos distritos de Meconta e Monapo, na província de Nampula, e distrito de Milange, na província de Zambézia.

O seminário de lançamento do projecto decorreu de 26 a 28 de Fevereiro passado na cidade de Nampula, e contou com a presença de membros do Conselho Executivo Provincial de Nampula e Zambézia, respectivamente, administradores dos distritos abrangidos pelo projecto, e parceiros de implementação.

PARES é um projecto que visa contribuir para a melhoria da capacidade de literacia das crianças em idade escolar, e promover o uso de boas práticas de saúde, nutrição e dieta. Para alcançar estes resultados, a iniciativa consistirá na realização de actividades diversas tais como providência de lanche escolar diário a todos alunos das escolas contempladas no projecto; construção e reabilitação de furos e sistemas de abastecimento de água; promoção de leitura e escrita; capacitação de professores; provisão de materiais de ensino e aprendizagem; desenvolvimento de parcerias com grupos/associações de camponeses para fornecimento de alimentos às escolas; campanhas de desparasitação e suplemento de vitaminas aos alunos; engajamento das comunidades e mecanismos de prestação de contas.

A Directora Nacional da World Vision-Moçambique, Maria Carolina Silva, considera que o projecto PARES reflecte a materialização do plano estratégico da organização no quinquénio 2021-2025. “Queremos contribuir de forma significativa e sustentável para o bem-estar de quatro milhões de crianças vulneráveis, pois o desenvolvimento transformacional, resultante do bem-estar contínuo das raparigas e rapazes mais vulneráveis, constitui o objectivo principal do trabalho da World Vision-Moçambique”, afirmou.

No acto de lançamento do projecto, o governador de Nampula, Manuel Rodrigues, enalteceu o potencial que o projecto tem para reverter os indicadores de desnutrição crónica e desistência escolar e contribuir para o progresso das futuras gerações.

“Nampula tem uma prevalência de desnutrição crónica e aguda de 46.7% e 4%, respectivamente, sobretudo em



Publicidade

crianças abaixo dos cinco anos, estando acima da média nacional. Este é um dos grandes desafios que Nampula enfrenta e queremos unir esforços para que este problema seja ultrapassado, e um dos caminhos é através do projecto PARES”, disse o governador.

Para Manuel Rodrigues, o projecto deve estar alicerçado na partilha de informações entre o Governo e parceiros, mas também potenciar as comunidades para que liderem as transformações que desejam ver concretizadas.

“Investir e implementar um projecto cujos objectivos visam garantir a melhoria da dieta, da saúde e higiene, incluindo o saneamento do meio, assiduidade dos alunos e dos professores, é, sem dúvidas, uma das formas de contribuir para o bem-estar da nossa sociedade em Nampula e na Zambézia. Por isso queremos que a nossa população se aproprie das várias componentes que vão ser implementadas”, exortou.

Por sua vez, o director provincial da Educação da Zambézia, Joaquim Oficial, mostrou-se confiante no alcance dos resultados que o projecto almeja. “As actividades planificadas vão impulsionar a leitura e escrita dos nossos alunos. Nós como beneficiários do projecto vamos providenciar a nossa colaboração para o seu sucesso e esperamos realizar os objectivos do PARES”, garantiu.

O projecto está avaliado em 35 milhões de dólares, financiados pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, e resulta de um consórcio que junta a World Vision-Moçambique, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PRONAE), o Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil (CESC), os Serviços de Assistência Católicos (CRS) e o Instituto Internacional de Investigação sobre Políticas Alimentares (IFPRI).

Composição Química Característica:
 Química Analise:
 pH: 7,2 - 7,5
 TDS: 130 mg/L
 Sódio Na⁺: 39 mg/L
 Cálcio Ca⁺⁺: 1,4 mg/L
 Magnésio Mg⁺⁺: 1,8 mg/L
 Potássio K⁺: 5,0 mg/L
 Ferro Fe⁺⁺: < 0,05 mg/L
 Fluoreto F⁻: 0,16 mg/L

Agua mineral natural - spring mineral water

2,5L

SAM
 SOCIEDADE DE ÁGUAS DE MOÇAMBIQUE
 Sede/Head Office:
 Av. das Indústrias, N.º 749,
 Namaacha, Moçambique
 Tel: +258 21 754 513
 Cel: +258 82 328 3910 / 84 328 3910
 Produzido e Embalado em:
 Produção and Bottling em:
 Fenda Ferrão, EMI, Germanânia,
 Namaacha, Moçambique

8 009670 370028
 Consultar antes de ver na garrafa
 Best before use date

NOVA GARRAFA 2,5L

FAMÍLIA FELIZ E SAUDÁVEL

CULTURA

A pós sucesso na pré-estreia exibida no Cine-Teatro Tofo, cidade de Inhambane, *Kutchinga* estreia na cidade de Maputo.

O novo documentário do cineasta Sol de Carvalho vai ser exibido no dia 07 de Março corrente no Cine-Teatro Scala, seguida de uma conversa com o realizador.

O filme versa sobre os preconceitos sociais em torno do ritual *Kutchinga* praticado na região Sul do país, onde as viúvas são obrigadas a manter relações sexuais com um familiar do falecido ou alguém contratado, como ritual de purificação para a sua reintegração na comunidade.

Uma das alegações trazidas em torno deste docudrama é que o ritual sirva para manter a "herança" do falecido na família, pois as tradições do casamento indicam que a mulher que se casa "fica pertença da família do homem", e há que saber se os bens adquiridos pelo casal continuarão como propriedade da família dele. Essa é a função do ritual que continua difundido e que assume actualmente formas variadas como a contratação de gígolos para o desempenho da função.

A longa-metragem é construída a

Kutchinga estreia em Maputo

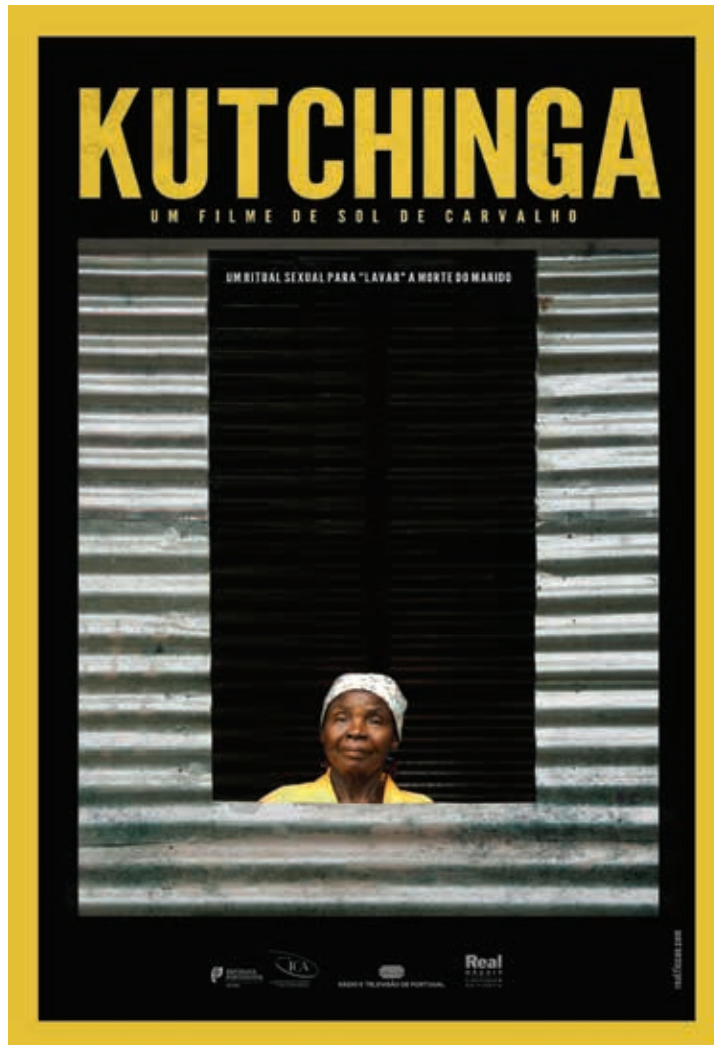
partir de relatos pessoais de cinco mulheres e dois homens que participaram naquela cerimónia, filmada em dois bairros periféricos da cidade de Inhambane.

Sol de Carvalho tem abordado temas de igualdade de género na sua longa trajectória cinematográfica, e ressalta a importância de acções como a produção de filmes para o debate de político relacionado com o género.

O realizador relata a sua experiência: "É muito fácil condenar o ritual como um acto degradante para a mulher. Para mim e para a equipe foi uma surpresa perceber que, por muito que se façam declarações de condenação, o *Kutchinga* continua a

ser amplamente praticado e muitas vezes respeitado como acto essencial de alguém que ficou viúva(o)".

No caso de Inhambane, prossegue, "apesar de alguns receios nossos sobre a divulgação dos detalhes sexuais da cerimónia, quando passamos o filme, as mulheres/personagens até se queixaram de eu tinha deixado algumas partes de fora, algo que fiz apenas por motivos de montagem



e do tempo do filme. Foi impressionante como todos os intervenientes e

os espectadores falaram com grande tranquilidade sobre ao assunto. Mas,

depois, percebe-se que entre as elites, parece haver "um discurso do dia e um discurso da noite", como dizia uma socióloga moçambicana sobre as tradições no país. Eventualmente, esta é a razão que explica por que a luta pela igualdade da mulher não avance tanto quanto seria desejável, entende.

Segundo entende, não basta condenar o ritual *Kutchinga*, e ninguém tem a legitimidade de impedir uma mulher de o fazer, considerando que esta é para ela a única solução de assegurar a sua vida futura e a dos filhos. É preciso – fundamenta – criar condições para que essas mulheres possam dizer "não!"; porque só assim é que podem assumir o seu destino.

De acordo com o realizador, a escolha de 07 de Março para a estreia da película, justifica-se por coincidir com o Dia Internacional da Mulher e visa tomar a data como momento de reflexão sobre o papel e a importância das mulheres na sociedade e os constrangimentos que se colocam na trajectória da sua emancipação.

Refira-se que *Kutchinga* já estreou em dois festivais internacionais, nomeadamente o Festival do Barreiro, em Portugal, o 11º Festival de Cinema Negro, em Toronto. O documentário foi também nomeado na 26ª edição do Religion Today Film Festival e na 6ª edição do Kaduna International Film, Festival-KADIFF, na Nigéria.

Publicidade

Exposição na Fundação Fernando Leite Couto

Mulher, música e utopia

Uma exposição surrealista, que destaca a mulher, música e utopia, abre esta terça-feira, em Maputo, na Fundação Fernando Leite Couto. Trata-se de obras de pintura da autoria do artista plástico PMourana, intituladas "Melodias Curvilíneas".

Na mostra que conta com a curadoria de Yolanda Couto, estarão expostas as mais recentes criações do artista surrealista, onde se destacam a mulher, a música e a utopia.

O crítico Aurélio Ginja, que já aprofundou sobre o trabalho de PMourana, descreve a exposição como a exaltação da mulher enquanto a encarnação da música, a personificação da poesia e na sua "complexa e sinuosa inteligência do seu existir, na capacidade insuperável de operar, com a sua genica laboriosa, milagres no quotidiano".

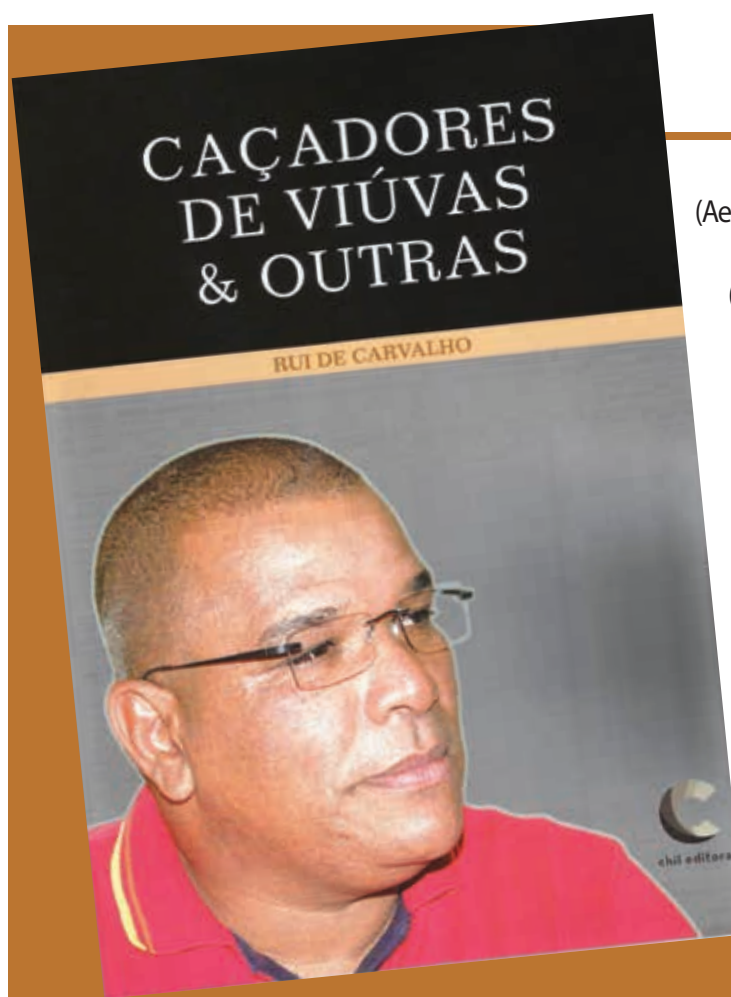
A contemplação do trabalho de PMourana revela detalhes que desafiam o espectador a construir paisagens ou cenários, narrativas e composições completas. É como se um filme se revelasse no estado bruto, dando ao público a possibilidade de realizar, fazer a trilha sonora, mover as personagens e as suas falas. O amor, a paz e a introspecção são os sentimentos que despontam a partir da apreciação.

Neste 2024 assinalam-se os cem anos da publicação do Manifesto Surrealista escrito por Andre Breton, o que vem a conferir uma importância à exposição "Melodias Curvilíneas" por ser mais uma demonstração de mestria do artista moçambicano, claramente na linha do surrealismo.

Sobre o surrealismo de PMourana, a professora Natércia Manhenje, que apresenta a exposição considera tratar-se de uma técnica persuasiva e com uma característica muito pessoal e de estilo que o enquadra no mundo surreal, com a particularidade de nos levar para um caminho sem retorno e sem vontade de voltar ao mundo real. O uso de cores e formas, que nos levam a interpretar de um modo mais amplo tudo o que está em nosso redor, nunca descurando o seu próprio estilo e traço, levam, segundo entende, a cada um a transportar-se para um infinito de imagens de um modo aberto, criando emoções que exaltam a alma, em consonância com as suas vivências.

Pedro de Sacadura Betrufo Mourana de nome artístico PMourana é de nacionalidade moçambicana, nasceu a 14 de Setembro de 1961, na cidade da Maxixe, província de Inhambane.

Com mais dez exposições individuais já realizadas e mais de duas dezenas de colectivas em que participou, o trabalho de PMourana abrange ilustrações de livros e discos.



Já à VENDA nas Lojas!

MIVANY SHOP
(Aeroporto Internacional de Maputo)

MABUKU
(Július Nyerere e Hotel Rovuma)

PAPELARIA ESCOLAR
(24 de Julho)

TAVERNA
(Costa do Sol)

TAVERNA
(Sommerschield)

TAVERNA
(Mao-Tse-Tung)

TAVERNA
(Av. 24 de Julho)

TAVERNA
(Jardim dos Namorados)

TAVERNA
(Baia Mall)



CINEMA

DUNA: PARTE 2

A década de 1960 foi um verdadeiro oásis na ficção científica. Nos cinemas e na TV, produções como **Perdidos no Espaço**; **Planeta dos Macacos**; **Doctor Who**; **Star Trek e 2001: Uma Odisseia No Espaço** tomavam conta das telas do mundo inteiro, fazendo o público sonhar com novos mundos e temer o que a megalomania humana poderia fazer com o futuro. Na literatura, Philip K. Dick estava no auge, e Frank Herbert (1920-1986), lançava uma das obras mais influentes da história da Cultura Pop: **Dune**. Com o passar dos anos, a trama político-espacial serviu de inspiração para franquias como **Matrix**; **Avatar**; **Mad Max e Star Wars**, além de ser uma das obras favoritas do realizador japonês Hayao Miyazaki.

Em 2021, com a estreia de **Duna: Parte 1**, Denis Villeneuve mostrou ao mundo que a adaptação é uma das coisas que ele faz de melhor. O "selo de qualidade" do cineasta, a bem da verdade, já estava mais do que criado na indústria depois de **O Primeiro Encontro** (2016) e **Blade Runner 2049** (2017). Mas foi no deserto de Arrakis que o realizador franco-canadense encontrou a sua mina de ouro — ou especiaria. Foram 6 Óscares da Academia de Ciências e Artes Cinematográficas de Hollywood, só no primeiro filme. Agora chega-nos **Duna: Parte 2**.

Em **Duna: Parte 1** (infelizmente não estreado em sala entre nós), vemos Paul Atreides (Timothée Chalamet), um jovem nascido numa sociedade feudal do futuro, onde várias casas nobres se digladiam para obter a preciosa especiaria melange. Esse condimento, que apenas existe no planeta Arrakis — também conhecido como Dune pela sua imponente paisagem desértica —, é usado para estender a vida humana, fazer viagens no espaço e garantir, a quem a possuir, poderes sobre-humanos.

Passada a apresentação desse universo no primeiro filme, a segunda etapa da história traz a jornada de Paul Atreides assumindo de facto a liderança como um messias do povo Fremen na luta contra o domínio dos Harkonnen em Arrakis. Dito isso, em **Duna: Parte 2**, Denis Villeneuve parece naturalmente almejar com que a contemplação ao épico puramente fique um pouco de lado, aproximando mais o espectador desse universo e das peças do seu tabuleiro.

A trama continua a desenrolar-se em Arrakina, capital do planeta Arrakis, com a maioria dos personagens já estabelecidos para o público. Após a queda da Casa da sua família e a perda do seu pai, Paul Atreides encontra abrigo entre os Fremen — sob o comando de Stilgar (Javier Bardem). O povo na-



tivo do planeta passa a vê-lo não mais como um simples estrangeiro, mas como aquele que pode ser Lisan al Gaib, o Messias de uma antiga profecia, que vai salvar a todos da tirania dos Harkonnen e conduzi-los ao Paraíso. A representação da ameaça é ampliada, quando, ao lado do execrável Barão Vladimir Harkonnen (Stellan Skargård) e do seu sobrinho mais velho, Lorde Rabban (Dave Bautista), surge a figura de Feyd-Rautha (Austin Butler), sobrinho caçula do governante, que se mostra um guerreiro cuja implacabilidade e eficiência em combate só

religiosa (com a devoção cega a um hipotético salvador servindo tanto como consolo por um presente temeroso, quanto como esperança por um futuro melhor). O realizador já disse que queria dar continuidade à saga **Duna** e filmar o segundo livro da saga, **Dune Messiah**, assinando assim uma trilogia, pelo que se percebe a conclusão meio "pendurada" de **Duna: Parte 2**.

Duna: Parte 2 apresenta um padrão muito acima da média dos diversos blockbusters lançados nos últimos tempos. É um cuidado nítido do realizador em apresentar uma vasta competência



se equiparam à sua falta de carácter e sede de poder. Com a ajuda de Stilgar e de Chani (Zendaya), por quem está apaixonado, Paul Atreides torna-se o líder da rebelião que vai enfrentar corajosamente os Harkonnen.

Embora sob a chancela do género ficção científica, a história ratifica as suas bases como uma grande disputa política (sobre quem vai comandar a extracção da especiaria e controlar o negócio frente ao Império Galáctico) e

de escala, criar momentos, misturar trilha sonora (de Hams Zimmer), imagem e caprichos que acabam justificando a ida ao cinema. **Duna: Parte 2** é um dos filmes mais ousados dos últimos tempos, sendo visualmente deslumbrante e narrativamente intenso. Denis Villeneuve cria um verdadeiro épico da ficção científica com uma linguagem cinematográfica única, repleta de simbolismos e contemplação.

Em exibição na Nu Metro

Batalha do Feiticeiro contra o Curandeiro (3)



VAKITHY NYAMBUWE

Pesquisa de Viabilidades

A líder do programa voltava com a saltante para o ponto do salto e, após a chegada, antes de mais nada, ela virava aos assistentes e lhes ordenava:

"Virarem todos! Dêem costa cá e silêncio." De facto, ninguém foi desobediente.

Depois de conduzir que viraram, desta vez, a líder ordenou os elementos da sua comitiva para que deixassem ela no meio, numa posição paralela à da saltante. Estando já envolvidas numa parede circular, a líder deu dois passos em frente, formando assim um triângulo, depois virou, ficou frente-a-frente com a saltante, entretanto, olhando-a fixadamente e mandando-a despir-se. Dito feito, tirou a blusa e deixou no chão e o peito exibiu os seios caídos por conta da amamentação dos seus três filhos. E na cintura desatou a capulana e deixou-a cair.

"Olha para mim, olho a olho", ordenou a coordenadora.

Através do olhar, a chefe tirou as ilações de aptidão e teoricamente aprovou que não iria decepcionar. Entretanto, ela, do ponto de vista teórica, estava apta, porém faltava a confirmação prática onde tivera que submetê-la por forma a dissipar a dúvida sobre um programa seguro. Ainda de olho a olho inclinou e, em uso de palpação, direcionando a mão esquerda na área íntima entre as pernas da saltante, e tendo alcançado, esta, facilitou e a velha desmontou o material de higiene que controlava o líquido de impureza expelido.

De seguida tirou a vista à saltante e enviou-a no que tinha na mão, observando para examinar minuciosamente o líquido. Finda a leitura, tirou a vista no que tinha em mão e devolveu a saltante meneando a cabeça positivamente com o sorriso nos lábios e no resto do semblante, sinais de reconhecimento. Enchida de satisfação, devolveu sorridente o penso higiénico. Depois, dirigiu a palavra aos colegas, toda ela radiante:

— Em vosso nome, declaro que ela está em dia, vi pelos meus olhos, pelo nosso ponto de vista, ela está aprovada e pode assumir o seu dever sem constrangimento, se bem que...

— Somos testemunhos (em coro).

— De resto... Podemos desfazer o círculo.

Virou para os que estavam de costas e gritou:

— Atenção! Podem tomar a vossa posição inicial.

A líder do programa pediu atenção de todos, porque era chegado o momento crucial de juramento pela vida, ligada ao sucesso ou à morte interceptada ao fracasso, para depois a saltante entrar em acção. Mas, ao que tudo indicava, a expectativa era alicante. A Nwavetshuma, a chefe do povo astral, perante a moldura dos observadores, ordenou a Nwasokiso jurar em nome da *Nwamuvaiva*, fixada a três metros do marco que a saltante irá terminar o início do salto. A saltante, no seu ponto de três metros do marco, junto à sua contratante declarou o seu compromisso:

— Eu, filha do So-qui-so!...

Dizia ela toda nua, firme, cheia de convicção, de semblante incidida no ndhumbha, todos no silêncio, excepto os cantos diversos dos insectos e aves nocturnos, dentre eles os gafanhotos nas suas variedades, noiteboas, morcegos e mochos que não faziam parte do evento. De qualquer modo, ouviam-se as suas variedades melódicas. Continuando o juramento:

(...) em nome da tia *Nwamuvaiva*, estou pronta de tudo confiante na vossa ajuda atrelada à força mágica ao meu poder, atributo da natureza, pronto a demolir wunyanga da curandeira Nwatshele.

Ela ultimou a frase de punho bem erigido, que anunciava a força da sua convicção. Era visível o ânimo e a prontidão, convicta na vitória à vista de todos. A tia, dona do projecto, satisfeita pelo curto discurso, mas riquíssimo, foi incapaz de resistir à força potente de emoção, que invadiu o seu íntimo, assim, foi a primeira a dar os aplausos. Findo o juramento, a *Nwamuvaiva* recebeu a ordem de ir se fixar ao marco onde termina a descação do arco e enquanto a saltante recuava medindo a distância capaz de favorecer ou correr para ganhar a velocidade até ao marco inicial. Parou num determinado ponto e inclinou apoiando com os braços nos joelhos, assim, ficou na posição oblíqua com a vista fixada na linha recta, na qual irá fazer a velocidade, até ao marco onde dará o salto a descrever o arco a transpor a palhotinha.

O momento já era decisivo, os restantes, mesmo os elementos da comissão, os corações começaram a bater mais forte e reinava a salada russa por emoções. Uns isentos de coragem, de vez em quando, com as mãos fechavam as caras, outros a vista ao chão ou nas laterais, ademais, outros controlavam a força do medo, como podem depreender, o resultado era sempre imprevisível. Por essas circunstâncias, pela primeira vez o silêncio ganhou espaço em todo ambiente nocturno, porque as aves, os insectos desse ambiente deram a entender que eram supostos convidados, porque coincidentemente ouviu-se um ligeiro silêncio, pois interoperaram mometaneamente em detrimento de assistirem o evento tão ímpar em loco, a luta de ataque do feiticeiro contra a armadura mágica de defesa do equipamento do curandeiro.

Pancada Pública

XIBAKELA XA BUD



BONS EXEMPLOS

Pelas medidas e reformas arrojadas rumo ao resgate da empresa pública Linhas Aéreas de Moçambique (LAM), também chamada “companhia de bandeira nacional”, os nossos elogios, nesta edição, vão para Mateus Magala, o pelouro dos Transportes e Comunicações no executivo de Filipe Nyusi. Ele, que é o arquitecto das transformações em curso na LAM, tem-se mostrado corajoso na sua estratégia de actuação, para recuperar a companhia que, em alguns sectores, já era sugerido o decreto da sua falência, dada a gravidade do estágio em que se encontrava, com muitas dívidas no mercado doméstico e internacional que pudessem causar arrepió até ao quadrúpede, com destaque para o burro.

Mateus Magala assume que a LAM tem problemas e nunca se tinha dito que estava tudo bem. Acrescenta que sempre assumiu isso, como também assumiu que “é melhor recuperar um doente do que deixá-lo morrer”

Por isso, contra a vontade de alguns sectores, Magala cancelou, em Abril passado, a contratação da Fly Modern Ark (FMA), para assumir a gestão da LAM, tendo descoberto e bloqueado vários esquemas, que tinham sido criados para “matar” a empresa. Nisso, só tirava benefício um punhado de gente, que ficou escandalizado quando a FMA começou a mostrar serviço, combatendo esquemas de desvio de receitas da empresa, que



eram operacionalizados via POS-fantasma, em que os clientes da LAM pagavam serviços, como cartões de passagem/bilhetes, mas o dinheiro, no lugar de ir para a conta da empresa, caía nas contas de proprietários de tais maquinetas.

Havia também na LAM situações de detentores de cargos de direcção fora do mandato, com realce para o já demitido do cargo de director-geral João Pó Jorge, um reformado que chegava a alegar de salário pouco mais de 600 mil meticais, adicionáveis aos 350 mil meticais que recebia como aposentado.

Magala negou todas estas coisas e tomou uma decisão corajosa, demitindo Pó Jorge do cargo de director-geral da LAM, nomeando para o seu lugar, Theunis Christian De Klerk Crous, que deverá assumir o lugar interinamente, até decisão sobre a renovação do contrato com a Fly Modern Ark, que se espera seja em Abril próximo.

Mas ao que tudo indica, a FMA poderá renovar o contrato de gestão da LAM, porque Magala já adiantou que a FMA é o parceiro que o Governo precisava para aconselhar sobre as decisões prudentes a tomar sobre a gestão e operação da companhia aérea nacional. “A não ser que vocês me dêem razões para eles não continuarem. Enquanto não me derem razões para eles não continuarem, eles continuam”, atirou o economista em resposta a uma pergunta de jornalistas da capital moçambicana, Maputo.

Publicidade

Tem dúvidas sobre coronavírus?

1

COVID-19 Website
#FICA ATENTO

Visite o site:
www.covid19.ins.gov.mz

2

WhatsApp
FICA ATENTO

Mande mensagem com a palavra “Ola”
para (+258) 84 33 18 72 7

3

Ab Veel

Ligue grátis para:

84146 82149 1490
ou 1490

4

Faça Auto-avaliação
de risco de contaminação
por COVID-19

Visite o site:
www.riscocovid19.misau.gov.mz